

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

José Luís
Moreira da Silva

Editorial

SONHAR EM GRANDE!

Marques Mendes ousou sonhar um Portugal melhor do que temos com o Governo PS. Ousou sonhar que Portugal tem capacidade para crescer mais que a média da União Europeia, contra o que tem acontecido nos últimos anos. Ousou mesmo sonhar que Portugal é capaz de crescer a 3% ao ano!

Mas Marques Mendes não sonhou apenas, embora seja do sonho dos Homens que as grandes obras nascem, acredita convictamente que com outras políticas Portugal pode mesmo concretizar o sonho de alcançar níveis de desenvolvimento melhores que a média da União Europeia.

Apontou políticas económicas diferentes, como o especial ênfase no apoio às pequenas e médias empresas enquanto factor de desenvolvimento e de criação de riqueza e de emprego. Apontou políticas diferentes na educação enquanto factor de desenvolvimento dos recursos humanos.

Não fez politiquice, nem promessas vãs. Apontou caminhos diferentes, mostrando ambição e confiança nos portugueses e em Portugal! Tudo o que tem faltado a este Governo PS de Sócrates.

Pediu também sentido de Estado ao Governo, propondo pactos de regime para matérias tão sensíveis como a segurança social. Reformas essenciais que não podem ser cumpridas no espaço de uma legislatura deviam constituir consensos alargados entre o partido do Governo e o maior partido da Oposição, de forma a que não sejam postas em causa de 4 em 4 anos, com o virar dos governos. Matérias essenciais para o futuro do Estado e dos portugueses deve ser alvo de acordos de regime!

É a posição séria de quem quer mesmo que as reformas se façam, não fica apenas pela promessa de as fazer, como o actual Governo!

Marques Mendes mostra credibilidade e sentido de Estado e os portugueses habituam-se a ver isso e reconhecer isso nas suas posições.

Talvez por isso é interessante ver como o PS e o Governo reagiram já de forma bem diferente a estas últimas propostas do PSD. No passado, não muito longínquo, sobre outras propostas do PSD, o Governo veio de imediato dizer que elas eram ridículas e para nada serviam, mesmo antes de as ouvir ou de as debater em pormenor. Agora, diferentemente, já foi obrigado a considerar que as terá em conta no debate em curso...

Como se é obrigado a evoluir. Marques Mendes obrigou já o Governo a ouvir as suas propostas, porque os portugueses já começam a estar atentos às suas propostas!

É já possível sonhar em grande para Portugal!

“Rentrée” em Castelo de Vide

Marques Mendes traça directrizes para a luta política que se avizinha



Destaques:

Os incêndios e o Presidente na Serra d'Ossa

Declarações de Azevedo Soares no Pontal

Universidade de Verão 2006 – *Leia e veja as imagens!*

A “rentrée” em Castelo de Vide

É fundamental crescer 3% para aproximação à EU para retomar riqueza e emprego, e deixar a política da alegre gestão do empobrecimento de Portugal!

O Presidente do nosso Partido, à semelhança do ano passado, fez do seu discurso de encerramento da Universidade de Verão, do PSD, em Castelo de Vide, o discurso do recomeço da actividade político-partidária, após as férias de verão, ou seja, o que é mais geralmente conhecido entre nós como a “rentrée”. Como sempre, o discurso do líder social-democrata foi incisivo, não muito extenso mas suficiente para fazer balanços, aclarar dúvidas, estabelecer rumos e determinar objectivos. Eis as palavras de Marques Mendes:

Portugal vive numa encruzilhada: é a primeira vez, em muitos anos, que se dá uma retoma económica na Europa e Portugal não a consegue acompanhar.

Nas últimas décadas, sempre que a Europa saiu de uma crise e começou a crescer o nosso País conseguiu sempre crescer mais do que a média Europeia. Foi assim no final da década de 80 e foi assim depois da crise económica de 93 e 94. Nesses períodos, a Europa cresceu mas Portugal cresceu sempre mais do que a Europa.

Agora sucede o contrário. A Europa está a crescer, mas Portugal cresce menos de metade do que sucede na Europa. É o que vai acontecer este ano. É o que todas as previsões apontam para os próximos anos.

Esta é uma realidade preocupante e tem consequências práticas. Isto significa que o nível de vida dos Portugueses, em cada ano que passa, está mais longe do nível de vida dos Europeus. Que Portugal não consegue competir com os seus



parceiros da Europa e que, na comparação com os outros Países, ficamos cada vez mais pobres. Isto significa que não recuperamos poder de compra, que não combatemos o desemprego, que não criamos postos de trabalho, que não conseguimos criar oportunidades para milhares de jovens licenciados que acabam um curso superior e vão de imediato para o desemprego.

Tudo isto é grave. Mas mais grave ainda é que, ao fim de ano e meio, vê-se que o Governo não tem uma estratégia para dar a volta a esta situação e para enfrentar este problema.

Todos os dias, a verdade dos factos vence a propaganda do Governo.

A propaganda prometia a criação de 150 mil postos de trabalho. A verdade é que o desemprego é maior do que há um ano atrás e o número de licenciados no desemprego aumentou fortemente.

A propaganda prometia não aumentar impostos. A verdade é que houve um brutal aumento de impostos que penalizou fortemente a nossa economia.

A propaganda prometia reduzir em 75 mil o número de funcionários públicos. Era a promessa de que por cada 2 funcionários que se reformassem só um era admitido. A verdade é que em 2005 o número de funcionários públicos aumentou e nos primeiros 6 meses deste ano aumentou ainda mais.

A propaganda anunciou tudo o que havia para anunciar – o Simplex, o Prace e o Plano Tecnológico. Ao fim deste tempo, a verdade é esta – no Simplex já ninguém acredita, quanto ao Prace nem vê-lo e o Plano Tecnológico nunca passou de um mera exposição em “power-point” Até o ambicioso projecto de cooperação com o MIT, tão largamente anunciado, não passa hoje de uma mão cheia de nada. E o pior é que o Governo nem sequer dá uma explicação. Foi rápido a anunciar, mas

é lento a informar e a prestar contas.

A propaganda prometeu grandes investimentos para pôr o País a criar riqueza. A verdade mostra que todos os investimentos falharam e que nenhum se concretizou. A imagem que os Portugueses vêem é o Governo sempre a prometer investimento e todos os meses fábricas a fecharem e empresas a saírem de Portugal.

A propaganda disse que os Portugueses tinham de apertar o cinto para pôr ordem nas contas do Estado. A verdade dos factos é que os Portugueses emagrecem enquanto o aparelho do Estado engorda. Em 2005, à custa de mais impostos, os gastos do Estado subiram brutalmente – mais 4.200 milhões de Euros que em 2004. E nos primeiros 7 meses deste ano os gastos do Estado voltaram a aumentar: a derrapagem na despesa pública é 12 vezes superior, sublinho, 12 vezes superior, ao que estava previsto no Orçamento. Um escândalo. Nem aqui o Governo consegue cumprir o que prometeu.

Para melhor se perceber a gravidade da situação quero dar-vos este exemplo: se a despesa do Estado prevista no Orçamento estivesse a ser cumprida e não estivesse descontrolada, isso permitiria reduzir o IRC sobre as empresas em 4 pontos percentuais, ou seja, baixar o IRC de 25% para 21%. E tudo isto sem



A “rentrée” em Castelo de Vide

qualquer prejuízo para o défice mas com uma grande vantagem para o País – a possibilidade de atrair novos investimentos e com isso criar mais riqueza e gerar mais emprego.

O Governo limita-se a gerir o empobrecimento de Portugal!

Com se vê, o Governo não tem uma estratégia de desenvolvimento do País. Limita-se a gerir o empobrecimento de Portugal.

Esta é a política do Governo. Mas não é a nossa política. Nós não nos resignamos a gerir a situação. Nós não nos conformamos com o continuado empobrecimento de Portugal. Portugal tem que pensar em grande e os Portugueses têm de agir com ambição.

Portugal só tem sucesso se voltar a crescer mais do que a Europa. Portugal só inverte esta situação se criar condições para crescer, pelo menos, 3% ao ano.

Crescer 3% ao ano tem de ser o objectivo. Só a crescer 3% Portugal volta a convergir com a Europa. Só a crescer 3% o nível de vida de cada Português se aproxima do nível de vida dos Europeus. Só a crescer 3% podemos combater o desemprego. Só a crescer 3% podemos criar oportunidades para os jovens que procuram o primeiro emprego. Só a crescer 3% podemos ter um País mais rico e sobretudo uma sociedade mais justa.

Concretizar este objectivo exige políticas diferentes. Tenho vindo a apresentá-las. Na redução do peso e da despesa do Estado como forma de criar condições para baixar os impostos e fomentar o investimento, na diminuição por mútuo acordo do número de funcionários públicos, no domínio da Justiça, na mudança do modelo de gestão das nossas escolas e no sistema de governo das Universidades, na liberalização dos transportes, na reforma da segurança



social.

A todas estas propostas, o Governo fez ouvidos de mercador. É a arrogância própria de quem pensa que é proprietário do Estado e dono dos Portugueses.

Criar um programa de apoio às Pequenas e Médias Empresas

Hoje, quero ir mais longe. Quero apresentar-vos e apresentar as Portuguesas novas propostas em três áreas essenciais: na economia, na educação e na segurança social.

Quanto à Economia: trata-se de criar um programa de apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME).

O Governo enche a boca com milhões de euros de anúncios de mega investimentos. Mas, deixa ao abandono milhares de micro, pequenas e médias empresas, que são o motor da nossa economia, a principal alavanca das nossas exportações e as grandes responsáveis pela criação de emprego. As

prioridades do Governo estão invertidas. A prioridade tem de ser o reanimar da nossa economia. Por isso, temos que apoiar as pequenas e médias empresas.

A proposta que o PSD vai apresentar na Assembleia da República, antes do próximo Orçamento do Estado, vai contemplar, entre várias outras, as seguintes medidas:

Primeira Medida: Pagamento das dívidas do Estado às empresas.

O Estado não paga a tempo e horas aos seus fornecedores. Paga normalmente com meses e às vezes até com mais de um ano de atraso. Esta situação cria especiais dificuldades às pequenas e médias empresas. Urge mudar esta situação.

A medida que propomos é no sentido de aprovar um plano de pagamentos, escalonado no tempo, para acabar com as dívidas do Estado aos seus fornecedores. No final desse período, se subsistirem dívidas, poderão essas dívidas ser usadas pelas empresas como compensação das suas obrigações fiscais.

Segunda medida: Facilitar o Acesso ao crédito para investimento.

O sistema bancário não concede crédito sem garantias. As micro, pequenas e médias empresas, sentem especiais dificuldades em assegurar as garantias exigíveis para a obtenção de financiamento bancário.

A medida que propomos é no sentido de tornar efectivo às pequenas e médias empresas o acesso a fundos de garantia mútuos, com financiamentos públicos, através do IAPMEI.

O acesso a estes fundos tem de ser assegurado a um cada vez maior número de pequenas e médias empresas. Só assim se facilitará o seu acesso ao crédito bancário, terminando com um dos maiores estrangulamentos hoje existentes ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

Terceira Medida: Incentivar a criação, nas pequenas e médias empresas, de núcleos de investigação, desenvolvimento e inovação.

Um dos maiores problemas das pequenas e médias empresas está no investimento em inovação e em investigação. Ao contrário das empresas com maior dimensão, as pequenas e médias empresas não dispõem de recursos que lhes permitam investir na inovação, no design e na investigação. E, todavia, sem este investimento, não ganham escala e não ganham capacidade para exportar e para se internacionalizarem.

A medida que propomos é no sentido de dirigir os apoios financeiros à investigação e inovação, para dentro das próprias empresas, em vez de os canalizar exclusivamente para as Universidades e para os Laboratórios do Estado.

O Governo acha que os investigadores e doutorados devem estar apenas nas Universidades e nos



A “rentrée” em Castelo de Vide

Institutos Públicos. Nós queremos diferente. Queremos os investigadores e doutorados também nas empresas, a fazerem investigação, a promoverem a inovação, a contribuírem para modernizar e para desenvolver as Pequenas e Médias Empresas.

Com estas medidas e várias outras, que o Programa que vamos apresentar contém, daremos um salto importante – o salto para que as PME deixem de ser o parente pobre da economia e possam ajudar decididamente ao crescimento de 3% e à convergência de Portugal com a Europa.

Um sistema nacional de Avaliação das Escolas!

Em segundo lugar, quanto à Educação: Trata-se de criar um sistema nacional de Avaliação das Escolas.

Os alunos são avaliados. Os professores são avaliados. Só que ninguém parece interessado em avaliar as escolas. E a verdade é que nenhuma avaliação de alunos e de professores é verdadeiramente eficaz se não se fizer a avaliação das escolas.

A proposta que vamos apresentar na Assembleia da República é no sentido de criar um novo regime – o regime de avaliação nacional das escolas do ensino básico e secundário, públicas e privadas, avaliação essa a cargo de uma entidade independente e exterior às escolas, e com obrigatoriedade de publicitação anual dos resultados.

O objectivo é claro e é importante:



- Permitir que a sociedade, os pais, os professores e os alunos conheçam o “ranking” nacional de qualidade das nossas escolas, condição necessária para as famílias melhor poderem escolher a escola dos seus filhos. Actualmente as famílias não sabem o que realmente se passa nas escolas, não as podem comparar com outras escolas e muitas vezes não conseguem fazer a escolha mais adequada. É essencial que os pais e alunos tenham liberdade de escolher a escola dos seus filhos e o possam fazer com total conhecimento de causa.

- Permitir que os responsáveis políticos, os dirigentes das escolas, os

pais e professores conheçam a realidade de cada escola, para que o esforço se concentre no apoio às mais problemáticas, assim reduzindo assimetrias. Num País com o nosso, com grandes discrepâncias no território nacional – escolas de excelente nível e escolas muito problemáticas – esta é também uma importante exigência de justiça social.

Esta é uma proposta inovadora. Um contributo decisivo para um ensino mais competitivo e exigente. A competitividade e o crescimento de 3% no País requerem, também, competitividade entre as escolas e competitividade no nosso sistema de

ensino.

Segunda proposta no domínio da Educação: Obrigatoriedade de divulgação pública, em relação aos Licenciados no Desemprego, dos Cursos que tiraram e das Universidades onde foram ministrados.

Hoje o Estado divulga, periodicamente, o número de licenciados no desemprego. O País sabe quantos desempregados licenciados existem. Mas o País não sabe quais as licenciaturas que cada um tem e quais as escolas do ensino superior onde se licenciaram.

E, contudo, esta informação é fundamental. É fundamental, para todos, melhor perceberem os cursos que têm poucas ou nenhuma saída profissionais. É fundamental para melhor se conhecer da qualidade de cada escola do ensino superior.

Os jovens, os pais e as famílias têm direito a esta informação. Ela é essencial para uma opção consciente do Curso a tirar e da Escola a frequentar, sem enganar e sem falsas ilusões. Os jovens têm direito a um curso superior que seja uma ferramenta para o emprego e não um passaporte para o desemprego.

No domínio da Segurança Social, uma «Reforma de Geração»

Entendo que a reforma da segurança social é talvez a mais importante e delicada que temos pela frente.



A “rentrée” em Castelo de Vide



Importante porque estamos a falar de garantir pensões de reforma. Garantir reformas a todos os pensionistas e, em particular, aos jovens que hoje começam a trabalhar ou àqueles que há poucos anos entraram no mercado de trabalho. Uns e outros têm de ter a garantia de que no final da sua vida profissional têm assegurada a pensão a que têm direito.

Delicada porque, em função da diminuição das taxas de natalidade e do aumento da esperança de vida é cada vez menor o número de pessoas a descontar para a segurança social e é cada vez maior o número de pessoas a receber pensões da segurança social.

Em cima da mesa estão duas propostas: a do Governo e a do PSD. São propostas baseadas em modelos diferentes. A do Governo é “mais do mesmo”. Mantém o modelo que existe com algumas correcções. Pode atender a problemas necessários de curto prazo, mas repete os erros do Governo Guterres – não garante a viabilidade da segurança social no médio e no longo prazo. Conduz a prazo a uma brutal redução das pensões de reforma.

Não é justo. Olho para vós, olho para todos os jovens do meu País e não posso aceitar a ideia de que no final da vossa vida profissional o máximo a que podem aspirar é a ter uma pensão de reforma cujo valor é sensivelmente metade do valor actual. É esta a consequência inevitável e injusta da proposta do Governo.

A proposta do PSD é outra e diferente. É uma proposta que

assegura a sustentabilidade da segurança social no curto, no médio e no longo prazo. Que garante pensões de reforma mais elevadas. Ela representa um novo modelo. Um modelo já em vigor em alguns Países mais desenvolvidos da Europa. Um modelo mais justo. Um modelo para hoje mas com os olhos postos no futuro.

Não sou eu apenas que o digo. Têm-no dito vários especialistas que não têm qualquer ligação ao PSD.

Aqui chegados quero dizer-vos e quero dizer aos Portugueses: esta não é uma reforma qualquer. É uma reforma de geração. Uma reforma para se prolongar no tempo, ao longo de várias legislaturas, independentemente das normais

mudanças de Governo. Uma reforma que tem de terminar com a incerteza

anos e afinal nem sequer durou cinco anos! Não podemos repetir os erros do passado. Os Portugueses precisam de acreditar no futuro. Os Portugueses, e em especial os jovens, merecem mais e merecem melhor.

Nunca um partido da oposição apresentou tantas propostas de fundo!

Caros Amigos: Esta é a nossa forma de fazer política e de fazer oposição. Saudando o que for de saudar. Criticando o que houver para criticar. Acima de tudo, apresentando alternativas e propondo caminhos diferentes para o País.

Nunca um partido da oposição apresentou tantas propostas, e propostas de fundo, em áreas tão importantes e sensíveis para o presente e o futuro do País.

É este o nosso caminho. Um caminho de responsabilidade e de credibilidade. Nunca proporei nada na oposição, que não tenha a certeza de poder cumprir no Governo.

Mas, sobretudo, um caminho de ambição. Portugal tem de ter ambição. Ambição temperada pelo realismo, mas nunca travada pelo pessimismo crónico, pela mesquinhaz e pela falta de coragem para assumir desafios.

Temos de pensar em grande. Temos de ter metas ambiciosas e claras. Crescer a 3% é um grande objectivo. Temos de nos mobilizar por causas que realmente valem a pena – o apoio às PME, a avaliação da qualidade das escolas, a garantia das pensões de reforma.

E temos de fazer tudo isto com exigência e com orgulho. O orgulho que temos em Portugal. O orgulho de sermos Portugueses! – PL, c/ fotos de Luís Saraiva



Marques Mendes no Distrito de Évora deslocou-se à Serra da Ossa (Redondo) para observar os efeitos dos incêndios

No passado dia 30 de Agosto, o nosso Presidente, Luís Marques Mendes, deslocou-se à vila de Redondo, no distrito de Évora, para poder observar a devastação que resultou do incêndio que ocorreu na Serra d'Ossa, na segunda semana do mês de Agosto.

O Presidente do PSD chegou àquela vila perto do meio dia tendo à sua espera o Presidente da CPD de Évora, António Dieb, a sra. Deputada Moleiro, os Presidentes das CPS de Redondo e de Borba, respectivamente, Gonçalo Morais Tristão e João Lopes, o Vice-Presidente da CPS de Estremoz, António Ramalho, bem como outros elementos destas Secções que representam os três concelhos afectados pelo incêndio.

Estavam ainda à espera do Presidente do PSD, muitos elementos da população, que quiseram cumprimentar Marques Mendes e representantes da comunicação social nacional e regional.

Num "briefing" com os membros das CPS já mencionadas, o Presidente do partido foi posto ao corrente do que se tinha passado naquele episódio de fogo, manifestando interesse em saber, com detalhe, os condicionamentos que envolveram o surgimento daquele grande incêndio, bem como a evolução do mesmo.

Nessa conversa, os membros das CPS presentes relataram ao Presidente do partido as preocupações que a população viveu durante o incêndio, enaltecendo o trabalho que muitos bombeiros tiveram no combate, apesar das dificuldades do terreno, o que originou mesmo um aparatoso acidente com um veículo de combate a incêndios da Corporação dos Bombeiros Voluntários de Arraiolos. Constatou com agrado que os Bombeiros sinistrados nesse acidente não tiveram ferimentos de gravidade.

Foi ainda informado da extraordinária mobilização de muita gente anónima que contribuiu com enorme esforço para que o incêndio não atingisse proporções ainda mais alarmantes. O Presidente do PSD manifestou ainda enorme preocupação pelo facto, relatado pelos membros das CPS, da área onde tinha lavrado o incêndio não ter sido ainda limpa, passados que estavam mais de 15 dias.



Antes de partir, Luís Marques Mendes teve ainda oportunidade de cumprimentar várias pessoas que se lhe dirigiram, mantendo pequenas conversas que demonstram a hospitalidade e a simpatia dos cidadãos de Redondo e o apreço que sentem pelo Presidente do PSD.

De seguida, a comitiva dirigiu-se à povoação de Aldeia da Serra, ainda no concelho de Redondo, para poder observar a grande área abrangida pelo incêndio.

Num local designado por Monte Virgem, onde se encontra o cemitério da Aldeia da Serra, Luís Marques Mendes constatou a enorme dimensão da tragédia – o incêndio alastrou por uma área superior a 3.000 hectares, nos três concelhos referidos, queimando, sobretudo, floresta. Os membros das CPS presentes informaram ainda o Presidente do PSD sobre os momentos de aflição vividos pela população da Aldeia da Serra, povoação que esteve quase a ser evacuada.

De facto, daquele ponto estratégico, podia-se entender os "caminhos" que o incêndio tinha seguido e perceber como tinha chegado muito perto da povoação da Aldeia da Serra.

De seguida, o líder social-

democrata Luís Marques Mendes pôs-se à disposição dos jornalistas presentes, tendo realçado, em resposta às inúmeras perguntas, três aspectos fundamentais:

Em primeiro lugar, quis afastar da luta partidária, a discussão das matérias da prevenção, do combate dos incêndios e da gestão florestal. Opinou que era um assunto que devia implicar um sério e amplo debate pela sociedade portuguesa e que os partidos políticos deviam intervir nessa discussão com responsabilidade mas sem tentarem retirar quaisquer dividendos partidários. Nesta perspectiva, realçou também a enorme importância da intervenção e responsabilização de todos os cidadãos, uma vez que todos deveriam contribuir para que flagelo dos incêndios deixasse de ser a tragédia que assola o País todos os anos.

Em segundo lugar, referiu que, em matéria de prevenção, cabia ao Estado dar o exemplo, quando pretende impôr aos particulares a limpeza das matas. Considerou que o Estado não tinha autoridade para impôr a limpeza dos terrenos dos particulares, e penalizá-los pelo incumprimento, se não fizesse o mesmo nas suas matas. A este propósito, lembrou a tragédia

que se tinha verificado no único Parque Nacional – o PN da Peneda e Gerês – onde o Estado não tinha exercido convenientemente as suas funções de manutenção, limpeza e vigilância.

Por último, o Presidente do PSD destacou a necessidade de se ter uma enorme preocupação ambiental na elaboração de uma nova política de gestão florestal, bem como na procura das soluções para o problema dos incêndios.

Instado pelos jornalistas a comentar a recente polémica entre um colunista do jornal "O Público" e a RTP, sobre a eventual instrução do gabinete do Primeiro-Ministro à televisão pública para dar menor ênfase às notícias sobre incêndios no País, o Presidente do PSD escusou-se a comentar essa polémica, preferindo realçar a importância do papel de todos, das autoridades e dos cidadãos, na tarefa nacional de acabar com o flagelo dos incêndios.

Após o encontro com os jornalistas, o Dr. Luís Marques Mendes, numa breve caminhada, ainda se inteirou de mais alguns pormenores do incêndio da Serra d'Ossa.

A finalizar a sua visita, participou



num breve almoço, num típico restaurante da Aldeia da Serra, com os referidos membros dos órgãos do partido, almoço que foi aproveitado pelo líder para ouvir do Presidente da CPD de Évora e dos membros das CPS de Redondo, Estremoz e Borba alguns relatos sobre a vida partidária no distrito. Nessa conversa, Marques Mendes pôs-se à disposição daqueles dirigentes locais para participar nos actos e eventos que eles considerassem necessários e úteis ao desenvolvimento do partido no Alentejo e, em particular no distrito de Évora.

À despedida, o Presidente agradeceu a hospitalidade que lhe tinha sido reservada e pediu aos membros das CPS presentes que transmitissem aos militantes e à população em geral, o pesar e a tristeza que sentia face à enormidade e à destruição do incêndio que tinha ocorrido naquela Serra tão bonita.

Marques Mendes concorda com envio de tropas para o Líbano, mas mantém cautelas

“Portugal deve contribuir para o esforço de pacificação do Líbano, mas com muita cautela”. O PSD reuniu ontem o seu órgão de cúpula, a comissão permanente, para no final dizer que “a eventual participação de Portugal numa força multinacional no Sul do Líbano deve exigir conhecer previamente, com suficiente clareza, o mandato a atribuir à força multinacional, o nível quantitativo e qualitativo do empenhamento dos nossos parceiros da União Europeia, o tipo de missão que seria reservado às forças portuguesas”. A posição assumida é semelhante à do PS e do Governo nesta matéria.

Os sociais-democratas questionam a própria resolução

aprovada pelo conselho de segurança da ONU, “pelas limitações que contém, e as posições que têm vindo a ser assumidas por vários países da União Europeia”. Segundo o PSD, “não é aceitável a presença de uma força multinacional naquela região sem um mandato claro”.

Por isso, “após esta indispensável clarificação, a participação da União Europeia é importante e Portugal deve contribuir para esse esforço internacional.” Ou seja, o PSD concorda em tese, mas quer saber que meios estarão envolvidos, quer por parte da UE quer de Portugal.

“Os países da UE militarmente mais apetrechados parecem muito pouco, ou nada, disponíveis para participarem a um nível adequado nessa força multinacional”, assegura o PSD, que conclui ainda que “sem a participação relevante de nenhum desses países a posição da UE corre o sério risco de perder grande parte da credibilidade exigível”.

Daí que o comunicado do PSD sublinhe que “qualquer decisão

portuguesa que não acautele previamente e com rigor estes aspectos pode conduzir a uma aventura sem sentido e a um resultado completamente oposto àquele que legitimamente se pretendia alcançar”.

Marques Mendes defende mais apoios para pequenas e médias empresas

O Presidente do PSD defendeu, no fim do mês passado, a concessão de maiores apoios às pequenas e médias empresas (PME) portuguesas.

As PME são “a espinha dorsal” da economia e um “importante pilar da política económica”.

O líder do PSD disse falar-se “pouco em Portugal das PME”, afirmando que “elas são a espinha dorsal da nossa economia”.

“São responsáveis pela criação de emprego e de riqueza, pelo que temos

que falar mais delas, dar-lhes voz, assumir as suas preocupações e apoiá-las para que tenham mais escala, mais músculo e maior capacidade para produzirem, exportarem e se internacionalizarem”, afirmou.

Do mesmo modo, salientou que “se as PME estão bem, o país está bem, mas se atravessam dificuldades o país também atravessa”.

Marques Mendes pretende que cada vez mais o PSD “se assumira como o partido que dá voz e apoio às PME”.

“A minha preocupação, neste momento e neste local, é dar uma palavra de apoio e estímulo às PME de Paços de Ferreira, da região do Vale do Sousa e sobretudo do país”, afirmou justificando a visita à 27ª edição da “Capital do Móvel”

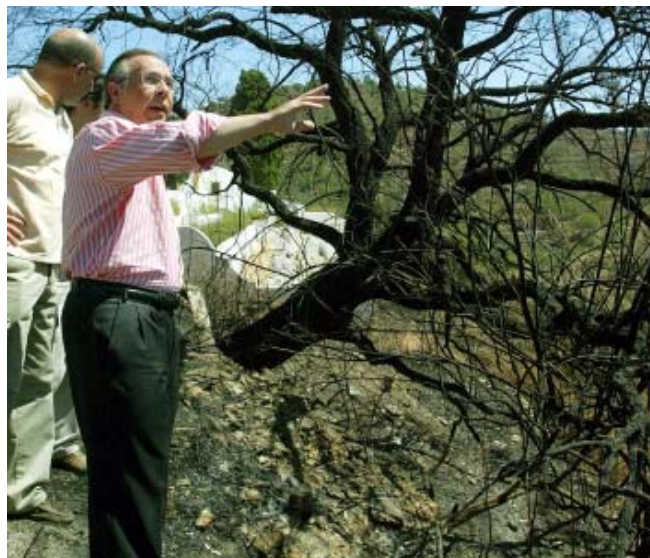
Nomeação do PGR sem consultar o PSD será prova de “poder absoluto”

O PSD não aceita a possibilidade do Governo não querer procurar consensos na escolha do novo procurador-geral da República, sucessor de José Souto Moura. Ao DN, o Vice-Presidente Eduardo Azevedo Soares diz que há uma “prática instituída que deve ser mantida”.

O primeiro vice-presidente do PSD, que lançou a ideia do consenso entre socialistas e sociais-democratas na Festa do Pontal, em Quarteira, este fim-de-semana, lembra o processo de nomeação de Souto Moura: “O primeiro-ministro sabe o que todos também sabemos - há seis anos o então primeiro-ministro António Guterres e o então presidente da República Jorge Sampaio decidiram que a nomeação do procurador-geral da República deveria ser feita em consenso com a oposição.”

Pouco satisfeito com a resposta negativa dada pelo PS na edição de dia 27 de Agosto do DN, Azevedo Soares avisa que “na altura própria veremos se o Governo tem este sentido de Estado ou se, ao contrário, confunde maioria absoluta com poder absoluto”. O “número dois do PSD” dirigido por Marques Mendes garante que “cada um assumirá as suas responsabilidades”.

A direcção do PSD, na mesma reunião em que apreciou o envio de tropas para o Líbano, também discutiu o caso da nomeação do novo PGR, que acaba o mandato de seis anos em Outubro. “Ao nervosismo e à insegurança do Governo oferecemos a tranquilidade de quem está hoje a defender o mesmo que foi praticado há seis anos atrás e que é a solução que realmente interessa ao País”, disse Azevedo Soares. – Fontes: Lusa, DN, PL



Azevedo Soares na festa do Pontal não poupa o Governo Socialista pela sua acção em áreas fundamentais

Na tradicional festa do Pontal, desde sempre organizada pelo PSD do Algarve e ligada à sua “rentrée” política e em ocasiões anteriores, também ligada à mesma ocasião a nível nacional, representou o nosso Presidente, o Vice-Presidente, Com. Azevedo Soares, que oportunamente proferiu as seguintes declarações:

Estou aqui, convosco, nesta festa de Verão, com todo o gosto. O gosto de estar a representar o Presidente do PSD. Como sabem o dr. Marques Mendes aqui esteve há um ano atrás. E também este ano aceitou o convite para aqui estar, desde que esta Festa, tal como sucedeu o ano passado, se realizasse no princípio de Agosto. Porque, ao que parece, não foi possível repetir a data de 2005 e o Presidente do Partido estava indisponível este fim-de-semana, aqui estou a representá-lo e a deixar a todos, em seu nome, uma palavra de amizade e de solidariedade.

Saúdo, por isso, os militantes e simpatizantes do PSD. Nos bons e maus momentos vós sois a grande razão da existência deste Partido. O melhor Partido Português, o Partido mais Português de Portugal.

Saúdo, de forma particular, os Autarcas Sociais-Democratas e na pessoa do nosso companheiro Seruca Emídio, grande Presidente da Câmara de Loulé, cumprimento todos os autarcas que há um ano atrás deram ao PSD, no Algarve e em todo o País, uma vitória absolutamente histórica.

Saúdo a JSD. O PSD precisa de uma JSD forte. Mas mais do que o PSD a juventude Portuguesa precisa de ter, na JSD, interlocução privilegiada para os seus anseios, problemas e ambições.

E saúdo, de forma muito especial, os algarvios, todos eles, sem excepção. Pertencendo ou não ao PSD, todos são credores do meu respeito e da minha admiração, sobretudo porque todos os algarvios têm hoje fortes motivos de preocupação e de revolta, em relação à forma como o Governo Socialista actua em relação ao seu distrito, à sua região.

Os factos não mentem:

- Em matéria de Finanças Locais, o Governo quer fazer uma lei que reduz gravemente as receitas de 15 dos 16 concelhos do Algarve, incluindo concelhos pobres como Alcoutim. Isto é injusto e é inaceitável.

- O Hospital Central do Algarve não anda nem desanda. É uma velha



e importante promessa. Mas ninguém sabe as datas do lançamento das obras. O Governo preocupa-se muito com o novo Aeroporto da OTA, que não é nem urgente nem prioritário, mas não se preocupa com o Hospital Central do Algarve que é indispensável ao desenvolvimento desta Região. Isto é injusto e inaceitável.

- O Governo é incapaz de resolver as obras da Barragem de Odelouca, ao ponto de agora pedir aos Municípios e aos consumidores que paguem as obras, através de um acréscimo das tarifas. Tudo ao contrário do que sucede em qualquer outro ponto do País. Esta discriminação do Algarve é injusta e inaceitável.

- O Governo preocupa-se com o TGV, mas não se preocupa com a modernização da rede ferroviária do Algarve, que devia ser uma prioridade. Esta atitude de dois pesos e duas medidas é injusta e inaceitável.

- Mas o mais grave que o Governo quer fazer ao Algarve tem a ver com os fundos financeiros da União Europeia. O Governo está a preparar uma redução de 75% nos Fundos Europeus para o Algarve, no período 2007 a 2013. Isto é inaceitável.

O Algarve registou por mérito próprio, um grande desenvolvimento nos últimos anos. Mas têm ainda problemas graves e estruturais a

resolver. Uma redução de 75% nos Fundos Europeus para o Algarve seria dramático, como muito bem tem dito o nosso companheiro Macário Correia, Presidente da Junta Metropolitana do Algarve.

Quero aqui dizer-vos solenemente: o PSD não concorda com esta intenção do Governo e tudo fará para a contrariar. Por isso, vos quero garantir que levaremos este assunto, em Setembro próximo, à Assembleia da República para dar voz a uma aspiração mais do que legítima do Algarve e dos algarvios.

O Algarve não é apenas uma Região onde se passam férias. O Algarve merece mais respeito. Os algarvios merecem outra consideração. O Governo tem de passar a olhar para o Algarve com a atenção e o respeito que esta Região reclama.

O Governo e o País: o divórcio é, cada vez, mais visível

Este Governo não tem um projecto de política para o País. Só tem e só alimenta um projecto de poder pelo poder.

É um Governo que não se preocupa com o fundo dos problemas.

Preocupa-se sim com a aparência e com a imagem.

Não se preocupa em reformar. Preocupa-se apenas em dar a imagem que reforma.

Não se preocupa em cumprir as promessas eleitorais. Preocupa-se apenas em encontrar sempre desculpas esfarrapadas para nunca cumprir o que prometeu.

Não se preocupa com o combate ao desemprego. Preocupa-se sim em limpar na secretaria os ficheiros dos centros de emprego, apenas e só para dar a imagem que o número de desempregados diminuiu.

Numa palavra: este Governo não se preocupa em governar a pensar no futuro de Portugal. Preocupa-se apenas em usar o poder que tem para nele se manter e para nele se perpetuar.

Esta é a imagem de marca do Governo Socialista. Foi assim com o aumento de impostos. Ganhou o poder a prometer não os aumentar. Aumentou-os logo a seguir. Ganhou o poder a prometer criar milhares de postos de trabalho. A verdade é que o desemprego não pára de aumentar. Ganhou o poder a prometer um complemento de reforma para 300 mil idosos. A verdade é que nem 10% dos nossos idosos tem acesso a esta regalia.

Ganhou o poder a prometer um Plano Tecnológico. Agora, até um ex-

Azevedo Soares na festa do Pontal

Ministro Socialista diz que o Plano Tecnológico não passa de um mero Power-Point.

A verdade é esta: para ganhar eleições o Eng. Sócrates prometeu tudo a todos. Agora, para justificar os seus falhanços, a culpa é sempre dos outros – é da herança do passado, é da conjuntura externa, é do preço do petróleo.

Este filme não é novo. É repetição do que fez há anos atrás o Eng. Guterres. Também há 10 anos António Guterres prometeu tudo para ganhar eleições e falhou todas as promessas quando chegou ao Governo.

O resultado foi o que se viu – durante alguns anos os Portugueses acreditaram. Poucos anos depois, foi o pântano. O Eng. Guterres saiu pela porta baixa e a vergonha foi tão grande que hoje ninguém no PS tem coragem de dizer que pertenceu a esse Governo.

Guterres e Sócrates são duas fases da mesma moeda. Um e outro são bons actores. Sabem representar. Mas nem um nem outro conseguem o que é realmente importante para Portugal – ser autor, protagonista e responsável pela melhoria das condições de vida dos Portugueses.

A propaganda como especialidade do Governo

A propaganda é a especialidade deste Governo. Ainda recentemente novos factos o vieram comprovar.

Veja-se o caso dos Fogos Florestais. Ao longo de um ano assistimos à propaganda oficial. Anúncios por todo o lado. Promessas a torto e a direito. Quem ouvia o Governo até parecia que pela primeira vez em Portugal íamos ter uma época sem Fogos Florestais. Afinal, foi o que se viu. O País a arder um pouco por todo o lado; uma semana de fogos que foi a pior dos últimos 5 anos.

O que fez o Primeiro-Ministro? Se corresse bem seria seguramente o primeiro a aparecer com as televisões atrás de si. Como correu mal não disse nem fez nada. Nem uma palavra, nem uma aparição pública.

E o que disse o Ministro da Administração Interna? Que falhou a prevenção e a limpeza da floresta. É verdade. Mas o que lhe faltou dizer é que nenhum Português percebe como é que o Governo exige aos particulares que limpem as matas quando a maior parte dos fogos ocorreu nas matas do Estado, nas matas que o Estado não guarda, não limpa e não fiscaliza como deve ser.

E o que dizer da viagem do Primeiro-Ministro ao Brasil? Foi apresentada com grande pompa e circunstância. Foi até anunciado que

o Primeiro-Ministro iria trazer para Portugal um grande investimento em matéria de construção de aviões a jacto.

Afinal, não aconteceu nada. Depressa voaram as promessas. Nem aviões a jacto nem qualquer outro investimento. O Primeiro-Ministro regressou como se viu – com uma mão cheia de nada, com outra cheia de coisa nenhuma.

Mas, para tentar disfarçar o fracasso, lá tinha de surgir a propaganda. Desta vez a imagem escolhida era a do Primeiro-Ministro a correr no calçadão do Rio de Janeiro.

Alguns jornais até disseram que o Eng. Sócrates estava em boa forma física. O que lhes faltou dizer foi o que mais importava – e o que mais lhe importava e importa é que em matéria de resultados esta viagem foi um perfeito “flop” e politicamente o Governo demonstrou que está muito em baixa de forma.

O Governo e o asfíxiante controlo do Poder

Há uma área em que este Governo não falha. É na tentativa de controle dos principais centros de poder. Não há memória na democracia Portuguesa de um Governo tão arrogante, tão controlador e com tamanho desprezo pela real convivência democrática.

A vontade de controlar nota-se especialmente nas empresas, na comunicação social e na Justiça. Nas empresas, todos os dias se sente a mão do Governo. Nas nomeações que faz,

nas clientelas que coloca, nos boys que alimenta no sector empresarial do Estado.

Na Comunicação Social a mão controladora do Governo é especialmente visível e notória. Ainda esta semana se viu de forma clara e flagrante, na questão dos fogos florestais.

Na 2ª feira o líder do PSD visitou uma das zonas mais fustigadas pelo flagelo dos fogos – o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Viu, ouviu e fez um balanço público dos incêndios. Teve uma cobertura ínfima ou nula na imprensa.

No dia seguinte, o Ministro António Costa, numa mera cerimónia de cumprimento dos Bombeiros que estiveram na Galiza, teve direito a transmissão em directo em todas as televisões e uma cobertura significativa na imprensa.

Quero dizer-vos: não está em causa a independência dos critérios jornalísticos, matéria que é sagrada. O que está em causa é a total duplicidade de critérios em relação ao Governo e ao líder da oposição. E nós temos que ter a coragem de recordar: em democracia serve-se o País no Governo e na oposição. Em democracia, o País tem o direito a conhecer as posições do Governo e as opiniões da oposição. Quando isso não sucede a conclusão a tirar é que estamos a perverter o funcionamento das mais elementares regras da convivência democrática.

Se nas empresas e na comunicação social se sente a mão controladora do Governo, na Justiça a situação não é menos preocupante.

Até ao momento o Governo não quis fazer qualquer Pacto de Justiça com o PSD, como reiteradamente temos proposto e como o País bem precisa. Neste domínio o que tem preocupado o Governo é apenas e

só controlar o aparelho de Justiça e, em especial, o cargo de Procurador-Geral da República.

Quero, por isso, a este respeito deixar muito claro: falta pouco tempo para o Governo propor ao Senhor Presidente da República o nome do novo Procurador-Geral da República. É uma decisão de importância capital.

Toda a gente sabe, e nós também o sabemos, que cabe ao Governo propor e ao Presidente nomear. Mas é importante que o País também saiba – e aqui o afirmo claramente – que o PSD será especialmente exigente na apreciação do nome que vier a ser proposto pelo Governo. Esta não é uma decisão qualquer. É preciso garantir, especialmente neste cargo tão sensível e delicado, que, além da competência, a pessoa escolhida reúna requisitos de autoridade, de prestígio, de isenção e de independência em relação aos vários poderes que se movimentam na nossa sociedade.

Por isso, na altura própria, diremos publicamente o que pensamos do nome proposto pelo Governo. Iremos publicamente concordar ou discordar. Sem meias palavras nem meias tintas.

Nesta opção fundamental o consenso político é mais do que desejável. O próximo Procurador-Geral da República deve poder iniciar funções num clima de serenidade e não de conflito. Cabe ao Governo decidir se quer promover o consenso e evitar o conflito. Assumirá as suas responsabilidades. Por nós, consideramos que a Justiça Portuguesa precisa de tranquilidade para funcionar, não de mais conflitos ou crispações.

Caros Amigos, esta é a nossa forma de estar na política, do PSD



O PSD quer diminuição substancial o número de Deputados a eleger já a partir da próxima legislatura



O PSD quer que as bancadas da Assembleia da República contem, já a partir da próxima Legislatura, com menos 50 deputados.

A proposta surge no âmbito da revisão da Lei Eleitoral da Assembleia da República, que os sociais-democratas estão a preparar, e que deverá ser apresentada no Parlamento a breve prazo. Com o PS a apresentar idêntica iniciativa, os dois partidos terão que se entender, dado a matéria exigir maioria de dois terços para ser aprovada.

Ao que o DN apurou junto de fontes sociais-democratas, a proposta para alteração do sistema eleitoral está praticamente ultimada. E retoma a posição que o PSD defendeu nas últimas negociações com os socialistas – um “emagrecimento” do número de deputados, precisamente o ponto que então impediu a convergência entre os dois partidos.

O número-base apontado é de 180 parlamentares (o mínimo permitido pela Constituição), valor que poderá ser acrescido de alguns lugares, visando garantir a proporcionalidade entre o número de votos e o de eleitos – ao contrário do actual sistema, baseado em círculos plurinominais, a reforma visa a introdução de círculos de um só deputado.

Ainda nas mãos de um grupo de trabalho interno, a proposta social-democrata terá de ser avalizada pela direcção presidida por Marques Mendes. Mas não deverá sofrer alterações substanciais – até porque, como é do conhecimento geral, o presidente social-democrata é um defensor da redução do número de deputados à Assembleia da República.

A concretizar-se (e a introdução dos círculos uninominais é uma proposta comum ao PS) a mudança implica uma verdadeira revolução na forma de voto e de apuramento dos resultados das eleições legislativas.

Os eleitores passam a ter dois votos: com o primeiro elegem o candidato do seu círculo (e só o mais votado é eleito); com o segundo votam num círculo nacional – que funciona também como mecanismo de compensação, pelo que é a este nível que o número de deputados pode sofrer um acréscimo, no sentido de garantir a proporcionalidade. Ou seja, os partidos que não elegerem nos círculos uninominais irão “buscar” os seus eleitos ao círculo nacional, de acordo com a percentagem de votação que obtiverem, no total do País.

Nos projectos anteriores (e a intenção mantém-se) PSD e PS coincidiram na defesa dos círculos uninominais, embora com nuances – os socialistas previam não um, mas dois círculos de compensação. E há ainda a questão da definição do mapa dos círculos, que também não é pacífica. Já quanto à redução dos deputados, e apesar das divergências, o PS já mostrou abertura para negociar. Embora os socialistas sempre tenham defendido a manutenção dos actuais 230 deputados.

A reforma conta com a acesa oposição dos restantes partidos, que acusam PS e PSD de quererem um sistema que os aniquila.

– Fonte: Lusa



Universidade de Verão do PSD

Uma iniciativa de sucesso indiscutível que já criou raízes fortes e exemplifica o que há de melhor no nosso Partido!

A Universidade de Verão, iniciativa conjunta do PSD, da JSD e do Instituto Francisco Sá Carneiro, voltou a Castelo de Vida para mais um indiscutível sucesso.

Estamos ali a iniciar a preparação de futuras gerações de líderes políticos, de jovens que saberão honrar e servir Portugal, honrando e servindo o PSD e as suas bandeiras de Honra, Honestidade, Serviço e Amor à Pátria, que desde Sá Carneiro nos conduzem. Por isso o PSD é o melhor Partido Português e, tendo sido muitas vezes o Maior Partido, voltará a sê-lo na altura própria.

Estes jovens sabem que o PSD é maior que o somatório dos seus militantes! E estão a preparar-se para o futuro e para reescrever correctamente o significado da palavra “político”.

Na abertura, temos de destacar as palavras de Miguel Macedo, ao afirmar que “a política credibiliza-se também com acções como esta Universidade de Verão, como forma de mudar a actuação dos agentes políticos, designadamente aquilo a que o país tem assistido nas últimas semanas por parte do Governo”.

De acordo com Miguel Macedo, “o Governo dedica a maior parte dos seus esforços a acções de propaganda e depois deixa por resolver os problemas e as questões que a propaganda diz que estão resolvidos”.

Os fogos florestais ocorridos durante o mês de Agosto e a forma como foi conduzido o processo de venda do selo do carro, foram os exemplos escolhidos por Miguel Macedo para ilustrar a “incompetência” do Governo.

“Numa semana do mês de Agosto registaram-se mais incêndios do que tinha ocorrido durante o mesmo período nos últimos cinco anos, quando e ao mesmo tempo, o Governo fazia crer aos cidadãos que tinha esta questão controlada”, sublinhou.

Para o secretário-geral do PSD, “o mais grave é que alguns dos incêndios de maior dimensão ocorreram em zonas geridas pelo Estado, como é o caso do fogo na Peneda-Gerês, uma reserva natural que era suposta ter uma vigilância e uma protecção especiais, inerentes à sua qualidade própria e às responsabilidades do Estado”.

“Como é que o Estado pode pedir



aos cidadãos para limpar as matas se ele não cumpre. É um péssimo exemplo”, frisou.

Miguel Macedo considerou ainda “inaceitável” o que se está a passar com a venda dos selos do carro em Portugal.

Depois de várias prorrogações em relação aos prazos de venda dos selos do carro, o Diário de Notícias avançou hoje que milhares de condutores correm o risco de ficar sem carta e com os veículos imobilizados porque não possuem prova de pagamento do imposto.

“Isto é uma grande confusão, parece que o «Simplex», afinal, só complica a vida aos cidadãos”, acentuou.

A Universidade de Verão do PSD iniciou assim uma semana de aulas com docentes com o calibre de Durão Barroso, Marcelo Rebelo de Sousa, e Pacheco Pereira; e terminou no Domingo, com o discurso de “rentrée” do líder do partido, Marques Mendes.

Os alunos da Universidade de Verão assistiram a oito aulas, a

primeira das quais da responsabilidade do ex-secretário de Estado do Ambiente Carlos Pimenta, que falou precisamente sobre Ambiente e Energia, na manhã de terça-feira. À tarde, o professor universitário Viriato Soromenho Marques deu uma aula sobre “globalização”, enquanto o jantar-conferência teve como convidada Mónica Ferro.

Na quarta-feira, o eurodeputado e responsável pela organização da Universidade de Verão Carlos Coelho falou, em conjunto com Rodrigo Moita de Deus, sobre comunicação.

“Funções do Estado” foi o tema a debater, na quarta-feira à tarde, pelo sindicalista João Proença e o vice-presidente do PSD Manuel Lencastre. Para o jantar ficou reservada a intervenção sobre ideologia, do ex-eurodeputado social-democrata Pacheco Pereira.

Na quinta-feira de manhã, o professor de economia foi Victor Bento, que tentou responder à questão “Há uma saída para a crise?”.

O reitor da Universidade Católica

do Porto, Joaquim Azevedo, foi o convidado do jantar-conferência que tinha como tema a Educação.

Sexta-feira, o dia começou com uma aula sobre “Europa” do presidente da Comissão Europeia e antigo líder do PSD, José Manuel Durão Barroso, enquanto à tarde, Marcelo Rebelo de Sousa, outro antigo líder social-democrata, foi o “professor” da aula de Ciência Política, enquanto Rogério Carapuça falou, ao jantar, sobre Inovação.

O último dia da Universidade de Verão, foi reservado à intervenção do líder do PSD, Luís Marques Mendes, que assinalou, assim, a “rentrée” política do partido.

O primeiro dia

Intervieram na sessão formal de abertura, Magda Borges, enquanto aluna da Universidade de Verão de 2005, Carlos Coelho, na qualidade de Director da Universidade de Verão, Daniel Figueiro, Presidente da JSD, Miguel Macedo, Secretário-Geral do

PSD e João Bosco Mota Amaral, Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro.

Magda Borges dirigiu algumas palavras de boas-vindas aos cerca de 100 alunos recém-chegados à quarta edição da Universidade de Verão. Na sua qualidade de ex-aluna, procurou passar o testemunho e motivar os novos alunos para a experiência que

Universidade de Verão (JUV), passando pelos formulários de sugestões e de avaliação aos próprios oradores.

“Verão que vos tratamos como uma selecção nacional”, afirmou o director da Universidade de Verão, enquanto concluía a apresentação da iniciativa.

“Na vida não há lugar apenas para

valia que a UNIV representa para a formação dos novos quadros políticos nacionais.

A transmissão de valores éticos foi uma constante no discurso do Secretário-Geral do PSD.

Miguel Macedo afirmou que “política deve ser encarada numa única perspectiva: Servir as pessoas. Com exigência, com seriedade e com responsabilidade.”

“Como Secretário-Geral, tenho orgulho em pertencer a um partido que organiza actividades como a UNIV 2006”, afirmou. Acrescentado, do mesmo modo que “não é por acaso que esta Universidade tem a capacidade de ter a participação de personalidades como o Dr. Durão Barroso”.

A valorização do espaço de debate da UNIV, tornando-o um exemplo marcante do que PSD pretende para o futuro, é outro dos objectivos definidos pelo Secretário-Geral do PSD.

A esse propósito referiu que, pela segunda vez consecutiva, o Presidente do UNIV decidiu fazer a rentrée na UNIV.

Analisando a situação política nacional, Miguel Macedo afirmou que “uma das piores doenças da política é a demagogia”.

A este propósito, referiu que “o Governo dedica a maior parte dos seus esforços a acções de propaganda e

“Numa semana do mês de Agosto registaram-se mais incêndios do que tinha ocorrido durante o mesmo período nos últimos cinco anos, quando e ao mesmo tempo o Governo fazia crer aos cidadãos que tinha esta questão controlada”, sublinhou. O facto de alguns dos incêndios de maior dimensão ocorrerem em zonas geridas pelo Estado, como é o caso do fogo na Peneda-Gerês, faz a situação ainda mais grave, disse.

“Como é que o Estado pode pedir aos cidadãos para limpar as matas se ele não cumpre. É um péssimo exemplo”, frisou.

Como segundo exemplo das manobras propagandísticas do Governo, Miguel Macedo considerou “inaceitável” o que se está a passar com a venda dos selos do carro em Portugal.

Depois de várias prorrogações em relação aos prazos de venda dos selos do carro, o Diário de Notícias avançou que milhares de condutores correm o risco de ficar sem carta e com os veículos imobilizados porque não possuem prova de pagamento do imposto.

“Isto é uma grande confusão, parece que o Simplex afinal só complica a vida aos cidadãos” afirmou. O Governo é assim, “muito forte nos anúncios, mas fraco... fraquinho, nos resultados”, rematou.

Deixando uma palavra final aos 100 alunos, Miguel Macedo afirmou que a Universidade de Verão é hoje, “o ponto de encontro dos melhores”.

O último interveniente da Sessão formal de abertura da Universidade de Verão, João Bosco Mota Amaral, na sua qualidade Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro dirigiu-se aos alunos da universidade de Verão considerando-a também uma selecção nacional.

Mota Amaral destacou a UNIV como uma “magnífica iniciativa do Eurodeputado Carlos Coelho”.

O Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro congratulou ainda a Universidade de Verão pelo prestígio que foi, crescentemente, granjeando desde a sua primeira edição, no ano de 2003.

À sessão formal de abertura, seguiu-se o jantar de acolhimento com o António Manuel Grincho Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide.

A Universidade de Verão fez um brinde a António Manuel Grincho Ribeiro e o edil agradeceu o facto de, pela quarta vez consecutiva, o PSD ter escolhido Castelo de Vide para a realização de uma tão importante e dignificante iniciativa.

Após o jantar de acolhimento, os grupos elegeram os seus coordenadores e realizaram os trabalhos que lhes haviam sido destinados.



agora iniciam.

De seguida, foi apresentado um documentário sobre as anteriores edições da Universidade de Verão.

Carlos Coelho, Director da Universidade de Verão, iniciou a sua intervenção agradecendo a Mota Amaral e ao Instituto Francisco Sá Carneiro o apoio prestado, a Miguel Macedo, a colaboração do Partido e dos funcionários da sede nacional que se envolveram na organização da UNIV 2006 e à JSD e aos seus dirigentes, o apoio determinante.

Carlos Coelho focou uma parte do seu discurso na interacção que deve existir entre todos os intervenientes na Universidade de Verão. A esse propósito explicou detalhadamente os diferentes sistemas de participação que os alunos têm à sua disposição, que vão da Intranet ao Jornal da

o cérebro e para o raciocínio, mas também para o coração.”

Carlos Coelho tratou também de transmitir uma cultura de valores a todos quantos participam na Universidade de Verão, afirmando que a política é algo que deve ser destinado às pessoas.

Do mesmo modo, concluiu, “esta UNIV 2006, é mesmo para vocês!”

Daniel Figueiro, Presidente da JSD, deu as boas-vindas aos alunos, e dirigiu-se à Universidade de Verão, relembrando os méritos das anteriores edições, no conjunto das quais participaram cerca de 300 alunos e dezenas de oradores.

Daniel Figueiro recordou a sua participação, enquanto aluno na UNIV 2004, transmitindo quão enriquecedora essa experiência se revelou, lamentando porém não poder ser novamente aluno.

O Presidente da JSD dirigiu-se depois à Juventude Portuguesa referindo os problemas que os jovens vivem, referindo-se ao anúncio do fim do actual sistema de arrendamento jovem e do desemprego.

“Daqui sairão 100 combatentes pela qualidade de vida de todos os jovens.”

Daniel Figueiro referiu ainda que “esta Universidade é um contributo importante para a geração de excelência que necessitamos para podermos competir na Europa e no Mundo.”

Miguel Macedo, secretário-geral do PSD, saudou os presentes na sessão de abertura, reconhecendo a mais-



depois deixa por resolver os problemas e as questões que a propaganda diz que estão resolvidos”.

Exemplificando, o Secretário-Geral do PSD disse ter existido “incompetência” no tratamento de questões relacionadas com os fogos e Imposto de Circulação Automóvel, afirmando que “o Governo faz muita propaganda, mas não resolve os problemas”.

Os fogos florestais ocorridos durante o mês de Agosto e a forma como foi conduzido o processo de venda do selo do carro, foram os exemplos escolhidos por Miguel Macedo para ilustrar a “incompetência” do Governo.





O segundo dia

Os alunos da Universidade de Verão assistiram a aulas de Carlos Pimenta, Viriato Soromenho Marques e Mónica Ferro.

Carlos Pimenta foi o convidado para o tema da manhã, “Ambiente e Energia: O que temos de decidir já”.

Durante a preleção, Carlos Pimenta estabeleceu um paralelo para a mutação que o mundo está a sofrer. Para o orador, só o período de 1492 a 1510 é comparável ao momento que atravessamos.

Ao longo da aula, o orador apresentou o seu ponto de vista sobre a disponibilidade e a exploração dos recursos energéticos do planeta.

Questionado sobre a situação portuguesa, criticou as propostas apresentadas pelos defensores da energia nuclear, afirmando que essa opção, quando comparada com outras formas de produção de energia “é muito mais cara” e “incomportável” para o nosso país, uma vez que associados à construção de uma central nuclear estão elevadíssimos custos de construção e manutenção. Acrescentou que cada vez que há interrupções na produção de energia, por questões técnicas e de segurança, o custo da energia nesse período torna-se desastrosamente elevado.

Ainda no plano estritamente nacional, e no que concerne às questões ambientais, Carlos Pimenta afirmou que “a co-incineração deve ser utilizada apenas como último recurso”.

Carlos Pimenta dispensou algum tempo da sua intervenção para falar sobre o futuro das energias renováveis e do seu contributo positivo para o ambiente.

“Até há algumas décadas atrás, as pessoas viviam e morriam com os problemas que tinham à sua porta”. Recentemente os “problemas ambientais transformaram-se em

problemas locais”, afirmou.

Desenvolvendo com profundidade o tema do aquecimento global, Carlos Pimenta afirmou não



ser capaz de saber se “o futuro [de Portugal] será com glaciares como no norte ou se terá um clima como o da Argélia”.

Por último, com sentido pedagógico, Carlos Pimenta deixou a todos os alunos alguns conselhos e casos práticos de como alcançar elevados níveis de eficiência energética, quer através de procedimentos simples no dia-a-dia, quer através de novas formas de produção de energia de baixo custo para uso doméstico ou industrial, que podem reduzir a factura energética em mais de 70%.

Viriato Soromenho-Marques foi o professor na sessão da tarde.

Convidado para falar sobre o tema “Globalização: Aceitar? Rejeitar? Regular?”, o Professor apresentou seis perguntas para se compreender a globalização:

O que precisamos, individualmente, para compreender

a globalização?

É um fenómeno recente?

É de natureza económica?

É inevitável?

Tem limite objectivo incontornável?

Há lugar para políticas públicas no processo de globalização?

Iniciando a demanda pelas respostas àquelas questões, Viriato Soromenho-Marques transmitiu aos alunos uma mensagem de que “para compreender a globalização é necessária uma mente aberta e humildade perante a complexidade.”

Viriato Soromenho-Marques não deu uma aula com o objectivo de “convencer” os presentes a optarem pela defesa de um modelo pró ou anti-globalização.

O Professor optou por apresentar um conjunto de perplexidades e reflexões com o objectivo de conduzir os presentes, ao longo de diferentes fases, à sua própria interpretação deste fenómeno.

realidade recente.

Falou também sobre as constantes deslocções de “players” da globalização ao longo dos séculos, do Mare Nostrum, ao Atlântico e cada vez mais ao Pacífico.

O orador mostrava-se, mais tarde, partidário da regulamentação política dos fenómenos da globalização.

Quando interpelado pelos alunos, com questões que demonstravam “um elevado nível de preparação”, Viriato Soromenho-Marques referiu que, por exemplo, “os Estados Unidos estão a atravessar um processo de profunda transformação, estando cada vez mais, a tornar-se numa potência regional ao mesmo tempo que outros países ascendem a player mundial no processo da globalização”.

O orador alertou para o facto de em história não existirem “remakes” ou sequelas, estando o mundo perante um paradoxo: a opção, por parte do Estados, entre o primado dos ‘mercados/segurança’ (funções militares e repressivas) e o primado da ‘política e da sustentabilidade’, deixando claro que a sua posição pessoal é pelo primado da política e da sustentabilidade.

O orador adiantou aos alunos que hoje, ao contrário do que é senso comum, alguns dos países em crescimento dão os primeiros sinais de estarem disponíveis para cortar um pouco do investimento externo em função da opção por algum desenvolvimento sustentável.

Viriato Soromenho-Marques alertou ainda para o facto de o fenómeno da globalização implicar “um certo grau de consentimento” por parte de todos os que a ela estão expostos, rejeitando, em qualquer caso, afirmações de que é uma inevitabilidade. Afirmou, também, reconhecer que a “globalização é uma tendência da espécie humana”.

A conferencista da noite foi Mónica Ferro. Após um brinde à sua presença no jantar-conferência do segundo dia da UNIV 2006, O



Director, Carlos Coelho teve a oportunidade de colocar a primeira questão à oradora. A explicitação daquilo que à luz do direito internacional constitui ou não um “crime de guerra” foi o repto lançado à convidada.

Seguiu-se uma intervenção que levou os alunos a “viajarem” até aos principais focos de tensão mundial.

Os palcos dos conflitos, as origens e o futuro de alguns dos espaços mundiais foram algumas das matérias abordadas quer pela conferencista, quer pelos alunos, que sucessivamente, iam colocando questões sobre o papel das organizações internacionais nos conflitos, sobre o futuro da ONU ou sobre o papel de Portugal em missões de manutenção de paz.

A crise humanitária do Sudão e o flagelo do HIV-SIDA no continente africano foram os últimos temas discutidos no segundo dia da Universidade de Verão de 2006.

O terceiro dia



O terceiro dia da Universidade de Verão foi preenchido com as intervenções de Carlos Coelho e Rodrigo Moita de Deus, Manuel Lancastre e João Proença. José Pacheco Pereira foi o conferencista da noite.

No painel “Falar Claro”, Carlos Coelho e Rodrigo Moita de Deus deram conselhos sobre como comunicar no universo da política. Apontamentos, notas e dicas úteis para transmitir uma mensagem.

“Fazer política é comunicar”, assim começou a sua intervenção o director da Universidade de Verão, Carlos Coelho. Uma sessão que pretendeu explorar os cuidados a considerar nos diferentes registos de comunicação (entrevistas, conferências de imprensa, entre outros).

Rodrigo Moita de Deus, escritor,

deixou conselhos úteis para a relação com a comunicação social, tendo respondido, de forma assertiva às perguntas que foram sendo colocadas pelos alunos.

A aula, de excelente qualidade, foi suportada numa apresentação dinâmica, repleta de casos práticos, filmes e animações sobre o que deve ou não ser evitado na transmissão das ideias ou na apresentação de uma comunicação. Carlos Coelho e Rodrigo Moita de Deus apresentaram uma lição sincronizada: à “deixa” de um, logo se interpunha a intervenção do outro.

Imediatamente a seguir às intervenções, durante o período reservado às questões, os alunos puseram em prática o que tinham acabado de aprender. Em consequência, foi evidente o cuidado em certos aspectos, na apresentação das perguntas.

A sessão da tarde foi ocupada por um debate subordinado ao tema “As Funções do Estado: Há gente a mais na função pública?”.

Manuel Lancastre abriu as “hostilidades” começando por

afirmar que “não podemos decidir se há gente a mais na função pública sem decidir antes que tipo de Estado queremos. Se assegura muitos serviços ou poucos. Ou se assegura muitos, mas indirectamente”. O Vice-Presidente do PSD defendeu que “só depois de resolvida essa premissa é possível saber se há ou não gente a mais na função pública”.

Manuel Lancastre foi contundente ao afirmar que “há Estado a mais e gestão a menos” em Portugal.

O primeiro interveniente no frente-a-frente defendeu que Portugal tem um Estado maior do que a economia portuguesa aguenta, a “gastar cada vez mais”, sendo mais “pesado” do que na esmagadora maioria dos outros países da União



Europeia. Ao mesmo tempo, referiu, existe “gestão a menos”, seja por parte dos próprios governantes e dirigentes da Administração Pública, onde os próprios modelos de gestão assumem um papel perpetuador da situação.

O Vice-Presidente do PSD afirmou que actualmente, a gestão da Função Pública em Portugal é quase “uma gestão de exércitos”, fazendo todo o sentido dizer que o “Estado deve reservar-se o papel fiscalizador, contratando, em concorrência, com a iniciativa privada e social, todas as actividades instrumentais, assegurando rigorosos mecanismos de fiscalização e penalização contratual”.

João Proença, Secretário-Geral da UGT assumiu uma posição diferente. O Secretário-Geral da UGT defendeu o conceito de “Melhor Estado, Mais Eficiente, com Maior Qualidade” e virado para o “cliente” e para os resultados.

João Proença considerou que a redução de despesas com pessoal não podem por em causa a motivação e participação dos trabalhadores, pois “nenhuma reforma é possível contra os que com ela vão ser afectados”. O orador defendeu também a Estabilidade Orgânica do Estado, considerando “que a produção de novas leis orgânicas cada vez que um Governo muda apenas cria novos constrangimentos na Administração Pública”.

João Proença defendeu também que a administração pública necessita de uma reforma “urgente e permanente”, sendo para tal indispensável fazer um levantamento de necessidades e através de um mecanismo apelativo de mobilidade voluntária, ao mesmo tempo que criticava o projecto de diploma da mobilidade apresentando pelo Governo aos parceiros sociais, considerando que “criará animosidade e entropia.”

Concluindo, afirmou que “não existem trabalhadores a mais, estão é mal distribuídos”.

Ao longo da tarde os

intervenientes responderam ainda a mais de uma dezena de questões de grande pertinência, colocadas pelos alunos da Universidade de Verão de 2006.

O conferencista da noite foi José Pacheco Pereira. A dicotomia esquerda/direita foi o tema abordado pelo intelectual e professor universitário. Pacheco Pereira, que dissertou sobre a diluição dos temas ideológicos, originalmente atribuídos rigidamente à “Esquerda” ou à “Direita” e hoje diluídos através de todo o espectro político.

“Hoje, as causas não são de esquerda ou de direita, mas sim dos partidos ou líderes que as defendem ou implementam”, afirmou.

Ao longo da noite, José Pacheco Pereira falou do nascimento e da evolução das ideologias em Portugal e no Mundo, em várias intervenções que prenderam a atenção dos 100 jovens que frequentam a Universidade de Verão.

Pacheco Pereira assumiu um discurso pedagógico, apelando aos jovens para serem realmente exigentes consigo próprios e fazendo, simultaneamente, a apologia do estudo sério e da especialização.

Ao longo da noite, o professor respondeu desassombadamente a todas as questões que lhe foram sendo colocadas, terminando por destacar a utilidade e o exemplo de iniciativa da Universidade de Verão 2006.

O quarto dia

Os professores convidados para o quarto dia da Universidade de Verão foram Victor Bento e Joaquim Azevedo.

Victor Bento, no painel “Funções do Estado: Há saída para a crise?”, explicou detalhadamente os “porquês” da crise que atravessamos, apontando, ao mesmo tempo, alguns caminhos para o crescimento económico.

Victor Bento começou por questionar se o problema português é



endêmico, citando um texto de Eça de Queirós, de Maio de 1871, onde a situação económico-social descrita à época aparentava “manter alguma da sua actualidade”.

O professor de economia apresentou aos cerca de 100 alunos da UNIV 2006 um olhar histórico sobre a economia portuguesa,

também sobre os desafios que são colocados a esse sector.

Joaquim Azevedo elegeu como principal inimigo o sistema de irresponsabilidade que “corrói” o sistema educativo português.

Como exemplo disso, fez um exercício sobre a procura do apuramento das responsabilidades em

socioeconómico em que a escola se encontra inserida.

Os alunos da Universidade de Verão revelaram um enorme interesse pelo tema da conferência, colocando perguntas sobre a organização, funcionamento e futuro da educação nos diferentes níveis de escolaridade, do pré-escolar, ao ensino superior, passando pelos ensinamentos básico e secundário.

Joaquim Azevedo concluiu a sua intervenção explicando os processos de construção social da educação em diferentes contextos nacionais e apresentando uma tipologia de três categorias, a saber, “a construção social, a construção política e a construção retórica da educação. Portugal é um dos exemplos de referência do último tipo, assim como a França é do segundo e o Reino Unido do primeiro”.

O quinto dia

Durão Barroso regressou à Universidade de Verão, depois de, enquanto Presidente do PSD, ter lançado a iniciativa.

Foi exactamente esse o ponto de partida da preleção de Durão Barroso: o orgulho que disse sentir pelo sucesso da iniciativa, depois de a ter lançado.

O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, foi o professor do painel da manhã, no quinto dia da

graças à cooperação intergovernamental”.

Ainda neste capítulo informou acerca de algumas das medidas que a Comissão Europeia tem vindo a propor ou a introduzir para aumentar e melhorar o combate ao terrorismo.

Durão Barroso abordou a questão do Médio Oriente, defendendo o papel que a União Europeia deve ter no futuro daquela zona do Mundo, considerando que “a Europa tem feito um esforço notável para apoiar a paz”.

“Se não há decisão para o Médio Oriente, não é por culpa da União Europeia”, sublinhou, lamentando que a Europa não tenha até agora “visto das partes envolvidas vontade de quebrarem o ciclo vicioso da violência”.

Uma falta de vontade que leva Durão Barroso a não ser muito optimista quanto ao futuro: “mantenho o ceticismo”, disse.

O presidente da comissão europeia aproveitou ainda a sua “aula” para falar sobre o “pessimismo” que existe em torno do futuro da Europa.

“O actual pessimismo também tem que ver com a não-resolução da questão constitucional”, disse, admitindo que o “não” francês e holandês ao Tratado da Constituição Europeia lançou “uma nuvem escura sobre a Europa”.

“Enquanto não resolvermos a questão não teremos uma solução para o projecto europeu”, considerou.

A aula da tarde foi dada pelo Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa e subordinada ao tema “Ser social-democrata no século XXI”.

Neste tema dissertou sobre a evolução da social-democracia na Europa (um ideário que emerge com a Revolução Industrial, atravessando depois todo o século XX até culminar com a democratização das sociedades).

Marcelo Rebelo de Sousa acentuou a preocupação de falar sobretudo sobre o futuro da social-democracia.

O Professor apresentou os quatro grandes desafios, que na sua opinião, são colocados à social-democracia, durante a próxima década.

Assim, como primeiro desafio, Marcelo Rebelo de Sousa aponta a ciência e tecnologia, tocando em questões da saúde e da vida. Apontando a Pessoa Humana e a sua dignidade como estando o centro da doutrina – “mas a pessoa em concreto, não em abstracto”, acrescentou. A ponderação deve ser feita a todo o momento, a medida que os avanços da ciência vão permitindo novas técnicas.

O segundo desafio que, segundo Marcelo Rebelo de Sousa, se coloca à social-democracia é a educação. Exige-se “a qualificação ao mais alto nível para a grande maioria das pessoas, evitando a tentação de



recuando até ao ano de 1500 para depois descrever a evolução da nossa economia.

Victor Bento identificou os problemas da Economia portuguesa, destacando o défice externo, o excesso de consumo, o descontrolo da despesa pública, a perda de potencial de crescimento nos últimos 50 anos e a incapacidade reformadora como os mais fortes entraves ao crescimento económico do país.

O economista lançou depois a questão sobre a necessidade de um novo modelo económico. O orador defendeu neste aspecto que “nas sociedades livres e democráticas não há modelos económicos racionalmente desenhados” acrescentando que “é a própria economia que se vai ajustando espontaneamente aos incentivos, às normas e aos próprios hábitos”.

Respondendo ao tema do debate, Victor Bento apontou como possíveis caminhos para a saída da crise a necessidade de o país desenvolver esforços continuados e a necessidade de um enquadramento favorável ao emprego e à eficiência.

A Educação, tema que voltaria a ser abordado no jantar conferência, foi outro dos problemas estruturais que, de acordo com Victor Bento, estrangulam o desenvolvimento do país.

O jantar-conferência do quarto dia da Universidade de Verão teve como convidado Joaquim Azevedo.

O professor universitário explicou detalhadamente os principais problemas da educação e

consequência de elevados níveis de insucesso e abandono escolares numa determinada escola. No exercício, Joaquim Azevedo percorria um caminho em busca das responsabilidades, atravessando o país desde a pequena escola do interior, até à direcção regional,



serviços centrais, para depois terminar na equipa ministerial.

A este cenário Joaquim Azevedo contrapõe um sistema de autonomia escolar, atribuindo responsabilidades e competências aos milhares de quadros superiores que estão nas escolas apenas a dar seguimento a orientações de normativos emitidos pelos serviços centrais, coartando a criatividade e a adaptação de escolas e professores ao contexto

Universidade de Verão, subordinado ao tema “A União Europeia: Desafios e Oportunidades”.

Ao longo da sua intervenção, Durão Barroso discursou sobre os desafios que se colocam à Europa num mundo globalizado.

O tema da Justiça e dos Assuntos Internos foi também abordado pelo Presidente da Comissão Europeia.

Durão Barroso afirmou que “muitos atentados já foram evitados



qualificar apenas minorias ou dar uma falsa ideia de democratização do ensino”.

Como o terceiro desafio é o das desigualdades e nesta capitulo as desigualdades associadas à globalização. Marcelo Rebelo de Sousa afirmou reconhecer que a globalização não atenua algumas desigualdades drásticas, embora atenuar outras.

A luta pela discriminação positiva é também uma bandeira da doutrina social-democrata.

O professor alertou ainda os cem jovens para a enorme probabilidade de no futuro irem exercer actividades profissionais diferentes daquelas para as quais se estão hoje a preparar e “de as virem exercer em sítios que nem sabem onde ficam”.

O quarto e último dos grandes desafios que se coloca à social-democracia é a opção pela paz e pelo desarmamento. Marcelo Rebelo de Sousa apontou a necessidade de criar alianças em algumas sociedades muçulmanas que têm vindo a assumir uma importância crescente.

O professor defendeu que Portugal deve manter uma vertente atlântica, preservando a sua ligação à Europa.

No período reservado às perguntas no âmbito do tema, o professor respondeu “sem tabus”, não apenas às questões que lhe foram colocadas, mas também a algumas inconfiáveis suscitadas pelos alunos.

Falando com inteira liberdade sobre questões de política interna, lembrou o “enorme mérito” da forma

como o líder do PSD está a fazer oposição ao Governo, aconselhando os sociais-democratas “a não embarcar” em debates promovidos por quem não tem representatividade.

“Não faz sentido que outros, que não têm expressão nenhuma no espaço que se situa na oposição à direita do PSD, queiram, sem representatividade, forçar o PSD a embarcar num debate, quando querem e como querem”, disse o ex-líder e comentador político, numa referência à proposta lançada pelo

líder do PND. Um debate que, para o antigo presidente social-democrata, “só serve o interesse, nem do país, muito menos do PSD, mas serve, fundamentalmente, o Governo que está em funções”.

Em declarações ao jornalistas, no final da sua “aula” na Universidade de Verão do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa foi mais longe, considerando que aceitar a proposta do PDN iria “diminuir” o PSD, pois só diminui o nosso partido estar a ir a reboque de um partido que não representa nem um por cento dos votos”, disse,



insistindo que “esse debate só limitaria o PSD e só favorecia Sócrates e o seu Governo”.

“Debater isso é fazer um favor ao Governo”, acrescentou, sublinhando que deve ser “o PSD a liderar a agenda política”.

Marcelo Rebelo de Sousa voltou novamente a deixar elogios ao actual líder social-democrata, Luís Marques Mendes, salientando o quanto é difícil fazer oposição neste momento.

“Tem um enorme mérito o posicionamento do nosso líder”, afirmou, lembrando que Marques Mendes faz oposição a um Governo de maioria absoluta e tem como Presidente da República uma personalidade da mesma área política que a sua.

“Independentemente do partido ser plural e haver divergências salutares, e eu ao longo da minha vida, corporizei e fui vítima de oposições, devo dizer que [Marques Mendes] tem o mérito muito particular de fazer oposição séria neste momento, e líderar o partido neste contexto”, sublinhou.

Já fora da “aula”, Marcelo Rebelo de Sousa reforçou esta ideia, dizendo que Marques Mendes “deve liderar o partido até 2009”.

“Temos de acabar com esta coisa doentia que é o líder da oposição não ir a votos para Primeiro-Ministro”, considerou, reiterando que não vê “ninguém melhor que ele [Marques Mendes] para liderar o partido”. “Não era possível fazer melhor”, frisou.

O conferencista da noite foi o Prof. Doutor Rogério Carapuça, cuja intervenção incidiu sobre as matérias relacionadas com a inovação, empreendedorismo e novas tecnologias.

Rogério Carapuça traçou o panorama tecnológico nacional, referindo que o atraso que Portugal tem em relação a outros países não está relacionado com infra-estruturas, mas sim com o baixo nível de educação e formação dos portugueses.

O Presidente Conselho de Administração da Novabase apontou ainda a burocracia no Estado e nas empresas como um dos entraves ao crescimento tecnológico, devendo por isso ser rapidamente combatida.

O sexto dia

Pedro Lomba e Miguel Monjardino foram os professores do sexto dia da Universidade de Verão.

A Simulação da Assembleia foi, como sempre, um dos momentos altos da semana.

Pedro Lomba preencheu o painel da manhã, dedicado ao tema “O Estado: A máquina vista por dentro.”

Na sua intervenção reflectiu sobre a ordem constitucional concluindo que a Constituição da



República Portuguesa deve ser profundamente revista. De acordo com Pedro Lomba, a Constituição encontra-se totalmente desadequada face aos desafios que se colocam actualmente ao nosso País.

Pedro Lomba teve ainda a oportunidade de reflectir sobre o funcionamento da administração pública portuguesa, concluindo pela necessidade de se proceder urgentemente à sua reforma.

Nesse sentido apontou como prioridades fundamentais, a aposta na qualificação dos funcionários públicos e a modernização da máquina administrativa.

O sexto dia da Universidade de Verão foi também o dia em que os alunos realizaram um exercício prático de Simulação de uma Assembleia, onde os todos

apresentaram e defenderam as suas propostas, em cenários de Governo e de Oposição.

O orador convidado para o último jantar-conferência da UNIV 2006 foi Miguel Monjardino. A sua intervenção inicial, em resposta à primeira questão da noite, colocada pelo director da Universidade de Verão, foi sobre o Líbano e do envio por parte de Portugal de uma companhia de engenharia de reconstrução de infra-estruturas, com cerca de 140 homens que integrará a Força Interina das Nações Unidas (UNIFUL).

As restantes questões, colocadas pelos alunos da UNIV 2006, incidiram sobre os problemas do médio oriente, a crescente influência da China e Índia naquela região do globo, a tensão entre a Coreia do

Norte e a Coreia do Sul, bem como sobre a relação de Portugal com os Estados Unidos.

O Encerramento da UV-2006

O sétimo e último dia da Universidade de Verão-2006, começou com uma sessão de avaliação dos resultados dos trabalhos, a que se seguiu, já perto do meio-dia, o almoço final e a sessão formal de encerramento, com palavras de Carlos Coelho e a promessa de novas e sempre melhores Universidades de Verão nos anos próximos.

Finalmente, encerrando a Universidade com o programático

discurso da retoma dos trabalhos políticos normais, após as férias de Agosto, Luis Marques Mendes, Presidente do Partido, proferiu o que é geralmente chamado "Discurso da Rentrée", que o líder, este ano, como anteriormente, tinha reservado para esta ocasião e lugar.

Pela sua importância política e pelo seu significado para todos nós, estas palavras de Marques Mendes abrem este primeiro número virtual do "Povo Livre", parecendo justo e adequado que a uma nova etapa da vida política, corresponda uma nova etapa na vida do nosso Jornal.

Agradecemos a Carlos Lopes os textos fundamentais, sem os quais este trabalho não poderia ser realizado. As fotos são de Natércia Barreto (Tuxa).

– Coordenação de Luís Rodrigues



A campanha de difamação por insinuações e subentendidos contra Carmona Rodrigues continua a todo o vapor!

De um comunicado da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, transcrevemos: Publicou hoje (30 de Agosto) o jornal Correio da Manhã uma “notícia” da autoria da jornalista Sofia Rêgo com chamada na primeira página com o título “Carmona omite buscas da PJ”, e que coloca em causa a Dignidade, a Independência, a Honra e a conduta do Professor Carmona Rodrigues enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Sobre a notícia em causa, o Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa vem esclarecer o seguinte:



1- É verdade que no dia 26 de Agosto de 2005, a Polícia Judiciária se deslocou – por mandado do DIAP – à CML onde recolheu elementos relacionados com o empreendimento Infante à Lapa. Esta investigação decorreu nos departamentos do Património e no Urbanismo, à data, pelouros tutelados respectivamente pelas vereadoras Helena Lopes da Costa e Eduarda Napoleão. No entanto, é falso quando a autora do artigo afirma que “a data da visita da PJ verificada um mês antes das autárquicas”, foi omitida, até hoje do executivo municipal”, pois inclusivamente este facto - incluindo a data exacta da ocorrência - foi amplamente noticiado na imprensa durante o mês de Setembro de 2005.

2- No dia 30 de Agosto de 2005, três dias úteis após a deslocação da PJ à CML, o Professor Carmona Rodrigues substituiu o então Presidente da CML, Dr. Pedro Santana Lopes, na condução dos trabalhos da Reunião de Câmara. Nessa altura, o Professor Carmona Rodrigues desconhecia por completo que a PJ estava a investigar o licenciamento do condomínio da Infante à Lapa, porque na altura não tinha qualquer responsabilidade sobre pelouros alvos das diligências da PJ.

Ou seja, quem **desconhece** não pode **omitir**. Portanto é falso, quando a jornalista afirma que o Professor Carmona Rodrigues **omitiu** sobre a vinda da PJ à CML ao Executivo na Reunião de dia 31 de Agosto.

3- Apesar do facto mencionando no ponto anterior, importa esclarecer, até na defesa do bom nome dos restantes elementos que compunham o anterior executivo que, a ocorrência de 26 de Agosto de 2005 não poderia sequer ser divulgada, uma vez que se encontrava sujeita ao regime do segredo de justiça. Para que não restem dúvidas transcreve-se abaixo o Artigo 86 do Código de Processo Penal, nº 4 alínea b):

“O segredo de justiça vincula todos os participantes processuais, bem como as pessoas que, por qualquer título tiverem tomado contacto com o processo e conhecimento de elementos a ele pertencentes, e implica as proibições de: A) Divulgação da ocorrência de acto processual ou dos seus termos independentemente do motivo que presidir a tal divulgação”.

Ou seja, não está em causa aqui a vontade de divulgar ou não as diligências da PJ, mas sim uma obrigação das partes que conheciam o facto de não divulgar a ocorrência de forma a não prejudicar qualquer investigação que eventualmente estivesse a decorrer.

5 - Quando a jornalista afirma no seu artigo que “o autarca não revelou a visita (da PJ) nem quando a Vereadora Rita Magrinho, da CDU colocou uma questão relacionada com o prosseguimento Lapa/Infante Santo” esclarece-se que, na Reunião de 30 de Setembro de 2005 não foi abordado expressamente a questão da ocorrência de 26 de Agosto, porque já era do conhecimento público. A partir de Setembro, mais concretamente a partir de 23 de Setembro, ou seja 7 dias antes da referida reunião, as diligências do DIAP foram tornadas públicas através da comunicação social, com base em fontes de informação

identificadas ou não. (Ver Público, 23 de Setembro; Expresso 24 de Setembro; Jornal de Notícias, 26 de Setembro de 2005, etc.). Portanto, durante a Reunião de Câmara de 30 de Setembro desse ano, todos os membros do executivo sabiam da existência das diligências do DIAP. Porém como é normal nestes casos, nenhum dos membros do Executivo inquiriu expressamente sobre essa ocorrência. Essa abordagem não ocorreu exactamente por se saber que este tipo de diligências está em segredo de justiça. Diga-se ainda que a própria Vereadora Eduarda Napoleão, quando interveio na sessão de Câmara sobre o empreendimento da Infante Santo, referiu que este processo estava em segredo de justiça, e este facto, por isso mesmo, não está mencionado na acta da referida reunião, mas consta, no entanto, do no registo magnético da reunião.

6 - O Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa manifesta ainda a sua profunda incredulidade perante os títulos que chamaram à atenção para a notícia em causa. Independentemente da notícia conter erros factuais inadmissíveis, quem veja a primeira página e também o título da notícia no interior leva a crer que se trata de factos ocorridos actualmente. Das duas, uma: ou houve um lapso, ou a jornalista deliberadamente utilizou o verbo no presente com o objectivo de dar na primeira página do jornal onde trabalha a aparência de importância e actualidade a um facto que outros jornais já trataram há um ano.

7- Por fim, resta dizer em abono da verdade que, ao contrário das afirmações da jornalista Sofia Rêgo, a Provedoria de Justiça sabia das investigações do DIAP, pois esse facto é mencionado no relatório desta entidade.

Oposição volta a criticar obra na Infante Santo, Carmona “tranquilo”

A oposição na Câmara de Lisboa voltou, na sessão de dia 30 do mês passado, a referir-se ao empreendimento em construção na Avenida Infante Santo, mas o Presidente do Município reafirmou estar tranquilo quanto ao processo.

O vereador socialista Manuel Maria Carrilho questionou a acção da autarquia que “não protegeu Lisboa nem os seus interesses”.

As crítico do vereador socialista, o presidente da Câmara de Lisboa respondeu acusando Carrilho de fazer uma “intervenção ‘silly’ (pateta, palerma, disparatada).

“Esta época é conhecida como ‘silly season’. Não poderia ter tido melhor enquadramento ‘silly’ para esta intervenção. O vereador tem pautado a sua presença por uma ausência de intervenções e escolheu mal o seu regresso”, afirmou Carmona Rodrigues.

Sobre este processo, Carmona afirmou que “têm abundado questões falaciosas e por vezes mentirosas, que vão contra o bom-nome e a dignidade de muitas pessoas”, disse.

O autarca afirmou que o processo se encontra em “averiguação policial há mais de um ano”.

“A tranquilidade mantém-se, mas tenho também alguma ansiedade para que este assunto seja rapidamente esclarecido”, disse Carmona, afirmando-se “entristecido” com o “ambiente de suspeição e de conspiração” levantado.

“Podem tirar o cavaleiro da chuva. Não me tiram a firmeza nem a tranquilidade”, sublinhou, adiantando ter regressado de férias “rejuvenescido e com força para ir até ao fim do mandato, apesar dos muitos ventos contra”.

A vereadora do Urbanismo, Gabriela Seara, e o vice-presidente, Fontão de Carvalho, prestaram alguns esclarecimentos sobre o empreendimento, em resposta às críticas apresentadas na semana passada pelo vereador do Bloco de Esquerda, José Sá Fernandes, em conferência de imprensa.

Em causa estava a acusação de que parte do empreendimento estaria a decorrer sobre uma parte de terrenos municipais que, considerava o Bloco, se tivessem sido vendidos em hasta pública, valeriam mais de 1,7 milhões de euros.

Gabriela Seara esclareceu que no terreno municipal em causa, contíguo ao Aquecedo das Águas Livres, está a ser feito um caminho, com escadas e relvado.

“Isto é uma servidão, é um projecto de arranjo de exteriores.



Este projecto foi aprovado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico, tem edificabilidade zero”, frisou a vereadora.

Para o vice-presidente, “dizer que quatro parcelas de relva valem 1,7 milhões de euros é completamente ridículo”.

Voto de confiança em Mourato Testas, responsável pelo inquérito ao “caso” Infante Santo

Na reunião de dia 30, a Câmara de Lisboa aprovou um voto de confiança ao alto funcionário nomeado para instruir um inquérito ao processo do empreendimento da Avenida Infante Santo, após o PS ter questionado a escolha desta personalidade.

Através de votação secreta, no final da reunião pública camarária, cerca das 22:30, a proposta teve 12 votos favoráveis e quatro abstenções.

A votação não contou com a participação do vereador socialista Manuel Maria Carrilho, que criticou hoje a nomeação do funcionário da autarquia, o jurista Mourato Testas, para instrutor do inquérito de apuramento do processo de licenciamento do empreendimento nos antigos terrenos dos gasodutos na Avenida Infante Santo.

“O senhor presidente indicou para instrutor um assessor do seu gabinete”, afirmou Carrilho, considerando “difícil dar credibilidade a um inquérito dirigido por um assessor. Procura-se maior isenção”, referiu o vereador socialista.

A afirmação de Manuel Maria Carrilho gerou grande polémica entre a maioria dos vereadores, incluindo outros quadrantes da Oposição, que sublinharam que Mourato Testas trabalha há muitos anos na Câmara de Lisboa, tendo colaborado com absoluta isenção com diversos partidos e Presidentes de diferentes cores políticas.

O presidente do município lisboeta, Carmona Rodrigues (PSD), considerou “inacreditável” a declaração do vereador socialista, destacando que Mourato Testas “é um funcionário de primeira água que tem mais de 30 anos de função pública e que serviu e serve a Câmara Municipal como poucos”.

“É um profissional respeitado, isento e acima de qualquer suspeita”, sublinhou Carmona Rodrigues.

Mourato Testas redigiu entretanto um requerimento dirigido ao presidente da autarquia, considerando que Manuel Maria Carrilho levantou um “incidente de suspeita”.

“Em princípio, a competência para apreciar o incidente seria do presidente da Câmara Municipal. Porém, uma vez que a única razão da suspeição é encontrar-me afecto ao gabinete do Presidente, solicito a Vossa Excelência que a decisão do presente incidente seja decidida,

imediatamente, pelo plenário”, afirmava Mourato Testas.

“De outra forma, apesar de muito me honrar a confiança de Vossa Excelência, considero não ter condições para continuar o referido inquérito”, acrescentava.

Carmona Rodrigues chegou a colocar o requerimento para votação, mas acabou por retirar o documento, que foi substituído por uma proposta subscrita pela vereadora Marina Ferreira, responsável pelos Recursos Humanos.

Na proposta, a vereadora destacava que Mourato Testas “é um funcionário exemplar, dado o seu extenso e irrepreensível curriculum e reconhecida capacidade profissional”.

A proposta previa ainda um “voto de confiança ao doutor Mourato Testas como instrutor do processo de inquérito”.

Na opinião da vereadora comunista Rita Magrinho, “as intervenções são muitas vezes de ordem política e não podemos esquecer-nos disso”.

“Não contestámos que fosse o instrutor do processo e não temos razões para isso. Conheço o doutor Mourato Testas e trabalhei com ele”, sustentou.

Para o vereador do Bloco de Esquerda, Pedro Soares, a “proposta é manifestamente exagerada face ao que se passou na reunião”.

“É um episódio lamentável. É lançar na fogueira do debate político a honorabilidade de um funcionário com este gabarito”, criticou o vereador bloquista.

O vice-presidente da Câmara, Fontão de Carvalho, afirmou que “o que é de lamentar é que se utilizem todos os argumentos, atingindo tudo e todos para fazer valer as ideias”.

Para Pedro Feist, vereador da maioria, e que está na Câmara Municipal há mais de 30 anos, a proposta é justa e pretende “recuperar o amor-próprio ferido, a dignidade e a honra de um funcionário”.

“Não estamos a fazer mais que a nossa obrigação”, sustentou.

A Torre desenhada pelo grande arquitecto Norman Foster com 90 metros de altura, será objecto, antes da aprovação, de amplo debate público

Uma torre com 90 metros de altura cuja construção está prevista para zona da Boavista, terá um “debate público como nunca se fez em Lisboa”, anunciou a vereadora do Urbanismo da autarquia lisboeta, Gabriela Seara (PSD).

“Faremos um debate público como nunca se fez em Lisboa” durante a discussão pública do Plano de Pormenor do projecto, disse a vereadora Gabriela Seara na reunião do executivo municipal lisboeta.

A vereadora falava em resposta a um requerimento da CDU que questionava a Câmara sobre a apresentação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) de um projecto do arquitecto Norman Foster para a Boavista, que inclui uma torre com 90 metros de altura.

Gabriela Seara afirmou que o projecto foi apresentado à CCDR – LVT, que emitiu um parecer favorável condicionado à satisfação de “duas ou três questões



que não se prendem directamente com a torre”.

O plano de pormenor terá, segundo a vereadora, um “amplo debate público em torno das questões da construção em altura”.

A autarca disse que o parecer elaborado por um arquitecto da CCDR-LVT incluía uma parte vinculativa, referente às alterações a fazer, e outra, opinativa, em relação à construção em altura.

No mesmo documento, “o presidente da CCDR defende aquela construção em altura nos moldes em que foi apresentada”, afirmou “Os serviços de planeamento estão a integrar as propostas que têm de ser atendidas para enviar à CCDR”, acrescentou.

Vereadora do Urbanismo determina embargo de Parque de Estacionamento no Largo de Jesus



A vereadora do Urbanismo, Gabriela Seara, determinou o embargo da obra a decorrer no Largo de Jesus, referente ao Parque de estacionamento concessionado à ESLI.

Na base desta decisão esteve o facto dos projectos de especialidades, nomeadamente o respeitante aos arranjos exteriores não terem sido ainda objecto de licenciamento.

Por conseguinte, a obra à superfície carece de prévio licenciamento, o qual só será possível após parecer favorável do IPPAR sobre o projecto de arranjos exteriores.

O Parque de Estacionamento em execução no Largo de Jesus, com uma capacidade para cerca de 115 lugares, está a cargo da ESLI, já que a Câmara Municipal de Lisboa cedeu mediante escritura a concessão do direito de superfície em subsolo celebrada em Junho de 1997.

No âmbito deste contrato, a ESLI obrigou-se a construir, a expensas suas,

este parque de estacionamento de acordo com os projectos licenciados pela CML.

Câmara adjudica refeições escolares no valor de cerca de 4,5 milhões de euros através de concurso público

A Câmara, através dos pelouros da Acção Social e da Criança e Educação, levou à Reunião do passado dia 30, a proposta de adjudicação referente aos concursos públicos para o fornecimento de refeições para as 97 Escolas Básicas do 1º Ciclo da Rede Pública que se encontram sob a sua tutela.

Estes fornecimentos de refeições, que compreendem os almoços e os lanches, vão beneficiar cerca de 17.000 crianças e representam um investimento de cerca de 4,5 milhões de euros pela autarquia.

Abertura das novas Piscinas Municipais do Casal Vistoso, Campo de Ourique e Sete Rios e encerramento das Piscinas do Areeiro, Campo Grande e Complexo Desportivo dos Olivais

A Câmara Municipal de Lisboa informa que entre os dias 1 e 18 de Setembro entram em funcionamento as novas Piscinas Municipais do Casal Vistoso (Areeiro), Campo de Ourique e Sete Rios (Rêgo).

Também a partir de 1 de Setembro, e cumprindo o objectivo de modernização e requalificação do parque desportivo municipal, no sentido de continuar a garantir a qualidade da oferta dos equipamentos desportivos municipais para usufruto de todos os munícipes, são encerradas, temporariamente, as Piscinas Municipais do Areeiro, Campo Grande e Complexo Desportivo dos Olivais.

Os utentes que frequentam as piscinas a encerrar, poderão continuar a praticar as suas actividades com enquadramento de aulas, ou simplesmente lazer, nas Piscinas Municipais do Oriente, Restelo, Vale Fundão, Ameixoeira, Penha de França, Baptista Pereira, abertas ao público e em pleno funcionamento, ou Casal Vistoso, Campo de Ourique e Sete Rios, a abrir no mês de Setembro. – **Fonte e fotos, © CML**

Notícias do Porto

Rui Rio recebeu a segunda figura da hierarquia do Estado chinês

O Presidente da Câmara Municipal do Porto no fim do mês passado, em Sessão de Cumprimentos, o Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China, Wu Bangguo, a segunda figura da hierarquia do Estado chinês, no âmbito de uma visita de dois dias que aquele dirigente efectuou ao Porto. Durante a cerimónia, que decorreu na Sala D. Maria dos Paços do Concelho, Wu Bangguo convidou o Presidente da CMP a fazer uma visita oficial a Xangai, juntamente com uma delegação portuguesa.

No discurso de boas-vindas, o autarca salientou «o especial fascínio e atracção» que a dimensão física e humana da China «exerce sobre o mundo ocidental», destacando as relações de amizade e de cooperação bilateral, que qualificou de «frutíferas e vetustas».

«O nosso convívio e relacionamento especial, muito potenciado pelo estabelecimento de portugueses em Macau, em meados do século XVI, prolongam-se até à actualidade», salientou Rui Rio, situando nesse contexto as geminações estabelecidas com os municípios de Xangai, em 1995, e de Macau, em 1997.

Recordou, a esse propósito, o acolhimento, em Março último, de uma delegação de Xangai, aproveitando para sublinhar o facto de daí terem «resultado vários projectos e uma determinada motivação para impulsionar a cooperação entre as duas cidades, mormente na área cultural». Aliás, ainda há uma semana, uma outra delegação desse município esteve na Invicta, o que, na óptica de Rui Rio, possibilitou uma troca de experiências nas áreas da educação, da juventude e da inovação.

Neste contexto, a deslocação deste destacado dirigente chinês «assume particular significado, enquanto penhor da vontade das autoridades chinesas em manter e reforçar este ímpar relacionamento», afirmou o Presidente da CMP.



Por seu lado, Wu Bangguo enfatizou, igualmente, a geminação das cidades do Porto e Xangai, na qual – revelou – trabalhou durante 30 anos.

Enalteceu a «fama mundial» do Vinho do Porto e não evitou uma referência de carácter desportivo quando aludiu a Luís Figo e Cristiano Ronaldo, dois futebolistas portugueses conhecidos à escala global e que estiveram particularmente em foco no último Campeonato do Mundo.

«A cidade do Porto tem contribuído para o estreitamento dos laços entre Portugal e China», afirmou, antes de expressar o seu desejo em ver a cooperação

entre os dois países reforçar-se no futuro». Concluiu, fazendo «votos de prosperidade para a cidade do Porto e de felicidade para o seu povo».

No final, assinou o Livro de Honra da Câmara Municipal do Porto.

Wu Bangguo, de 65 anos, é o segundo dirigente mais importante na hierarquia do Politburo do Partido Comunista Chinês, constituído apenas por nove dirigentes de topo e liderado pelo Presidente Hu Jintao, que também já esteve no Porto, em 2004.

O Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China integra 150 membros e é o órgão legislativo por excelência durante o período em que a Assembleia Popular Nacional, composta por 3.000 membros, não reúne, ou seja, no período entre as sessões plenárias, as quais apenas se verificam duas semanas por ano.

Parque da Cidade começou hoje a contar com policiamento a cavalo

A partir de meados do mês passado, o Parque da Cidade está mais seguro, com o início do patrulhamento a cavalo, por parte de três elementos da Polícia Municipal, expressamente treinados para o efeito e que para tal voluntariaram.

A iniciativa foi oficialmente apresentada por Álvaro Castelo-Branco, na dupla qualidade de Vice-Presidente da CMP e Vereador do Ambiente, e por Sampaio Pimentel, Vereador das Actividades Económicas e Protecção Civil. Jorge Barreira, Comandante da Pol. Mun. esteve igualmente presente.



A medida, inédita no País, visa baixar o sentimento de insegurança por parte de quem frequenta aquele espaço citadino, muito embora o Parque da Cidade seja um dos mais seguros de quantos foram objecto de um estudo recentemente publicado pela DECO.

«Apesar disso, vamos utilizar todos os meios preventivos para que a situação não se degrade, pois o mais importante é que as pessoas se sintam seguras», afirmou Álvaro Castelo Branco.

As aulas de equitação dos agentes começaram em Fevereiro, ministradas pela Escola «Póni Clube» em acumulação com o patrulhamento normal do parque.

Os horários de patrulhamento são flexíveis, variando de acordo com a afluência, eventos e outras variáveis no estado de segurança. De resto, como venceu Sampaio Pimentel, trata-se de «uma acção mais visível e impressiva, constituindo, por isso, um elemento mais eficaz de dissuasão».

Pavilhão Rosa Mota acolhe III Torneio Internacional de Futsal nos dias 9 e 10 de Setembro

O III Torneio Internacional de Futsal da Cidade do Porto vai disputar-se no Pavilhão Rosa Mota, nos próximos dias 9 e 10 de Setembro, com a participação das equipas do Sporting – actual campeão em título – Boavista,

Freixeiro e Celta de Vigo.

O evento, da iniciativa da CMP, foi hoje apresentado durante um almoço que contou com a presença do Vereador do Desporto, Gonçalo Gonçalves, e de diversas outras personalidades em representação de entidades associadas à sua realização e promoção, como sejam o caso da TvTel e da futsal.com.

Freixeiro e Boavista disputarão, no sábado, dia 9, pelas 17h00, o jogo inaugural, após o que se seguirá, pelas 19h00, o Celta de Vigo-Sporting.

O encontro de apuramento do terceiro e quarto lugares realizar-se-á no domingo, dia 10, pelas 15h00, estando a final marcada para as 17h00.

Depois de saudar a participação das equipas em confronto, Gonçalo Gonçalves desejou que esta terceira edição alcance o êxito das anteriores, contribuindo assim para «dignificar ainda mais a modalidade e o próprio nome da cidade».

Autarquia assume que mandou retirar cartazes do Bloco de Esquerda

A Câmara do Porto assumiu que retirou propaganda afixada “de forma anárquica” e “ilegal” pelo Bloco de Esquerda (BE) em alguns locais daquela cidade.

O BE anunciou que vai apresentar uma queixa na Procuradoria-Geral da República contra a autarquia, por esta estar a “arrancar” das ruas a sua propaganda política sobre a “Marcha do Emprego”.

Num comunicado remetido à agência Lusa, a autarquia reage à posição do BE, afirmando que esta força política “sabe perfeitamente que é ilegal afixar propaganda sem o respectivo pedido de licença e de forma anárquica na cidade, porque participou na reunião da Assembleia Municipal que aprovou o novo regulamento de afixação de propaganda e publicidade”.

A Assembleia Municipal do Porto aprovou a 10 de Junho, o Regulamento de Publicidade e Outras Utilizações do Espaço Público (RPOUEP).

O regulamento estabelece que as forças políticas ficam proibidas de utilizar estruturas próprias de propaganda fora dos períodos eleitorais.

A Câmara Municipal esclarece também que “os cartazes e outros materiais de propaganda partidária que se encontram ilegalmente afixados são retirados no momento em que são detectados pelos serviços competentes”.

Por isso, refere, “não é por isso provável, como pretende fazer crer o

Bloco de Esquerda, que estes se encontrassem espalhados na cidade há mais de um mês. Isso significaria uma falha grave dos serviços a quem compete fiscalizar e fazer aplicar a legislação em vigor”.

– Fontes: CMP e Lusa



Casa das Histórias e Desenhos - Paula Rego



O Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho, e a pintora Paula Rego formalizam, no dia 17 do mês passado, a assinatura do Contrato de Doação e Comodato das obras que integram o espólio da futura "Casa das Histórias e Desenhos Paula Rego".

A "Casa das Histórias e Desenhos Paula Rego" que irá receber uma parte das obras desta prestigiada pintora portuguesa, bem como alguns trabalhos do seu marido, Victor Willing, artista e crítico de arte, falecido em 1988.

Com projecto do arquitecto Eduardo Souto de Moura, por sugestão da própria artista, o edifício será erigido perto do Centro Histórico da Vila, no perímetro da Parada, em frente ao Parque Marechal Carmona.

É convicção da Câmara Municipal de Cascais que com este equipamento, o Município ganha um lugar de referência na rota das grandes exposições internacionais e uma posição cimeira e determinante para criar novas correntes de interesse turístico para o concelho e para o país.

O novo museu constituir-se-á como mais um pólo agregador de cultura, fruto de uma relação de proximidade com outros locais e equipamentos de interesse turístico, cultural e de lazer como sejam o Centro Cultural de Cascais, o Museu Condes de Castro Guimaraes, a Casa de Santa Maria, a Cidadela, o Forte e Farol de Santa Marta e a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz; e, num futuro próximo, passará a integrar o Museu Municipal de Arqueologia e a Casa Sommer (Centro de História Local / Arquivo Histórico Municipal).

Este conjunto de equipamentos museológicos, naturalmente com a "Casa das Histórias e Desenhos Paula Rego" em papel de grande destaque, favorecerá a atracção de uma renovada corrente de um público crescentemente interessado no Turismo Cultural que Cascais lhe proporciona, e que deverá assumir-se como elemento gerador de uma imagem e de uma identidade reforçadas da Vila.

Em termos programáticos, a "Casa das Histórias e Desenhos", contará com cerca de 750 m² de áreas de exposição permanente e temporária, bar, livraria e um auditório para 200 lugares, para além dos diversos serviços de apoio, como gabinetes de trabalhos, oficinas, depósito e diversas áreas técnicas.

A construção terá uma implantação muito cuidada, conseguindo através de uma fragmentação volumétrica, tanto em planimetria como em altura, manter as árvores de maior relevância existente no terreno.

Subjacente ao projecto está a ideia de conceber a arquitectura como uma inserção de elementos geométricos na paisagem e tratar o terreno como mais um dos parâmetros que intervêm na construção.

O projecto introduz naturalmente valores de contemporaneidade arquitectónica, dando resposta às exigências de funcionalidade museográfica e para a recepção de visitantes, assumindo a presença dos novos valores de uma arquitectura qualificada como um meio de aproximação entre o edifício e o público.

O projecto regula e disciplina os fluxos de visita, através da definição de um circuito que se inicia desde a recepção e percorre todas as áreas expositivas, introduzindo-lhe, controladamente, valências de utilização pública, como a loja, a cafetaria e o auditório.

O projecto de museografia da colecção da pintora, que contempla nesta fase a organização e a definição temáticas das obras, está a ser desenvolvido,

em colaboração com a Dr.^a Mary Margaret Porter de Sousa, Socióloga, diplomada em "Arts Management", e com experiência museológica, e com técnicos de Museologia e História da Arte pertencentes ao Departamento da Cultura da Câmara Municipal de Cascais.

"El Corte Inglés" na "linha de Cascais"

De um esclarecimento da Câmara de Cascais, transcrevemos: A propósito das notícias relacionadas com a instalação de uma unidade de dimensão relevante do "El Corte Inglés" na "linha de Cascais", cumpre-nos esclarecer:

1. A Câmara Municipal de Cascais ainda não foi formalmente contactada sobre o assunto, mas confirma que a empresa em causa mantém o interesse, desde há pelo menos cinco anos, em abrir uma nova loja de "dimensão relevante" na Grande Lisboa, eventualmente na linha de Cascais, similar às que existem em Lisboa e Vila Nova de Gaia.

2. Para o efeito, o "El Corte Inglés" tem desenvolvido contactos exploratórios informais na busca de uma ou mais localizações possíveis neste e eventualmente noutros Concelhos, até agora, tanto quanto sabemos, sem resultados conclusivos.

3. O assunto será aprofundado e decidido pela Câmara Municipal se e quando a empresa nos confirmar formalmente a intenção de investir em Cascais em determinados terrenos.

4. A decisão terá necessariamente em conta todos os impactos previsíveis, para além da benéfica criação de cerca de 2.000 postos de trabalho.

5. A colocar-se essa questão, a Câmara Municipal de Cascais não poderá ignorar os efeitos negativos que essa unidade teria sobre o Concelho de Cascais se porventura viesse a ser instalado na zona de fronteira com Concelhos vizinhos, mas com as acessibilidades aos principais eixos viários através de zonas residenciais do nosso Concelho. Nesse caso recairiam sobre Cascais vários ónus muito significativos, sem contrapartidas benéficas relevantes.

6. Recorda-se que as "unidades de dimensão relevante" só podem ser licenciadas se previamente autorizadas nos termos legais pela comissão competente criada para o efeito e que funciona no âmbito do Ministério da Economia.

7. Recorda-se que o Programa da Coligação Viver Cascais referente ao mandato anterior prevê "suspender, pelo período do próximo mandato autárquico, o licenciamento de grandes superfícies...". Este compromisso foi cumprido e extinguiu-se com o termo do mandato. No Programa da actual maioria referente ao mandato em curso, essa "suspensão" não foi renovada e afirma-se que "a Câmara de Cascais fomenta o investimento em todos os sectores das actividades económicas não poluentes, que criem riqueza e tenham capacidade de produzir emprego...".

Oficinas de música e danças tradicionais





A Câmara Municipal de Cascais promoveu, de 26 de Agosto a 3 de Setembro, no Museu da Música Portuguesa, um conjunto de oficinas de música e danças tradicionais para crianças, jovens e adultos.

Seguindo a sua vocação de divulgação da música tradicional portuguesa, o museu abre portas a dois instrumentos de raiz popular um pouco esquecidos – o Acordeão e a Gaita-de-Foles –, propondo aulas de iniciação para crianças, entre os 6 e os 14 anos, jovens e adultos.

As oficinas integraram uma vertente teórica com a abordagem de temáticas relacionadas com a história dos instrumentos e contextos etnográficos em que surgiram, tanto em Portugal como noutros países, a sua origem, a diversidade e a distribuição geográfica. A formação privilegiou ainda noções de afinação, manutenção e escalas.

O Museu da Música Portuguesa propõe, ainda, duas outras oficinas que visam ensinar aos formandos os passos essenciais e estruturas coreográficas de danças regionais portuguesas designadamente do Pingacho, Gallandum, Cirigoça (Trás-os-Montes), Malhão (Minho); Regadinho (Minho e Beira Litoral); Toma Lá Dá Cá (Beira Litoral); Mataranha (Beira Baixa e Beira Litoral); Fado Batido (Ribatejo), Pézinho (Alentejo) e do Corridinho dos 4 (Algarve).

Esta iniciativa inédita, orientada por professores especializados, conta com a colaboração das associações Gaita-de-Foles e PédeXumbo, e Dançarilhos. Os instrumentos são cedidos pela própria organização.

Cidadela de Cascais recebe “Festival Rota dos Monumentos”

A Cidadela de Cascais recebeu nos dias 29 de Agosto, 1, 4 e ainda no dia 9 de Setembro, no âmbito do Festival Rota dos Monumentos, o Trio de Jacques Loussier, a Ópera “A Flauta Mágica” de Mozart, o famoso pianista Grigory Sokolov e a orquestra City of London Sinfonia.

Com o objectivo de promover e divulgar a música clássica, este certame visa ainda dar a conhecer ao grande público peças emblemáticas do património histórico-cultural.

O bilhete de cada concerto proporcionará a entrada num dos museus ou monumentos que servem de palco ao Festival. No caso de Cascais, o ingresso permitirá uma visita aos museus, Conde de Castro Guimarães, Casa de Santa



Maria e Museu do Mar.

Colaboram neste projecto, o Palácio Nacional da Ajuda, o Museu da Música, a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, o Museu da Marioneta, o Museu do Fado, o Museu Militar e os museus situados no perímetro da Cidadela de Cascais.

O final do programa “Noites da Cidadela”

O final do programa “Noites da Cidadela” localiza-se no dia 9 de Setembro, às 21 e 30, com um concerto com a orquestra inglesa City of London Sinfonia.

Neste concerto serão interpretadas grandes marchas militares e as mais célebres aberturas e árias de ópera. Este é um espectáculo com uma atmosfera semelhante à dos célebres “Concertos Promenade” de Londres no famoso Royal Albert Hall. – Fonte : Gab. Imp. CMC. Fotos, arq. PL e CMC

Notícias de Aveiro

1ªs. Jornadas da Ria de Aveiro “SoRia”

A Câmara Municipal de Aveiro apresentou em Conferência de Imprensa o programa do (SorRia – 1ªs Jornadas da Ria de Aveiro), que irá decorrer de 9 de Setembro a 7 de Outubro de 2006.

Esteve presente o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Élio Maia, que reforçou “a importância da valorização da Ria de Aveiro através da realização de um conjunto de actividades cujo ponto de partida é sempre o mesmo: a nossa Ria de Aveiro”. Élio Maia refere ainda que a Ria é “um bem cultural e natural que é necessário proteger, revitalizar e promover com vista ao desenvolvimento sustentável.”

SorRia – 1ªs Jornadas da Ria de Aveiro é um programa composto por diversas iniciativas que aliam uma vertente de análise e debate de temas a uma outra de cariz lúdico e didáctico. No seu conjunto, as jornadas visam sensibilizar as populações e os vários agentes do território lagunar para a realidade da Ria, num intuito de reconhecer o seu valor patrimonial e o seu papel como fonte de riqueza, bem como de incentivar a uma intervenção dinâmica e responsável.

Em suma, é intenção da Autarquia Aveirense, desde a primeira hora, contribuir de uma forma profícua para o conhecimento da situação actual e, a partir dele, traçar novos rumos tendentes à concertação de actuações que possam constituir o início de uma nova etapa para a Ria de Aveiro.

Os objectivos genéricos das jornadas são sensibilizar a opinião pública para o recurso estratégico Ria de Aveiro; envolver protagonistas de prestígio, especialistas e decisores políticos no debate e na consertação de medidas e políticas em torno do desenvolvimento sustentado da Ria de Aveiro; divulgar e proteger o património natural (fauna e flora); dinamizar iniciativas no leito da ria (visitas pedagógicas, actividades desportivas); estabelecer um programa de arte e cultura inspirado na paisagem e nas vivências lagunares; estimular o gosto e a percepção artística da ria (concurso de fotografia “A ver a Ria”); envolver a comunidade local e as entidades na realização de actividades sócio-culturais que têm a ria como mote; compreender a relação entre o meio humano e o meio natural ao longo do tempo, perspectivar esse encontro na Ria e a utilização de territórios adjacentes; e celebrar a cultura aveirense, as suas gentes e a sua natureza.

Do programa SorRia destacamos a apresentação das jornadas que vai acontecer no dia 9 de Setembro, pelas 10.30 horas, no Auditório da Assembleia Municipal que vai contar com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Élio Maia; a Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, Regina Bastos; e o Vice-Reitor da Universidade de Aveiro, Manuel Assunção, entre outros convidados.

Destacamos ainda a realização do debate subjugado ao tema “Na mira do desenvolvimento sustentável: economia e turismo”, no dia 13 de Setembro, das 18.00 às 20.00 horas, no Auditório do DEGEI da Universidade de Aveiro.

O dia 23 de Setembro será preenchido com uma sessão de trabalho sobre “A Ria de Aveiro – uma zona costeira” que vai versar a necessidade de uma política concertada de actuação entre os agentes do território com vista a um desenvolvimento sustentável da zona lagunar. A sessão tem lugar no auditório do Parque de Feiras de Aveiro, das 9.30 às 17.00 horas.

De realçar ainda a realização de um debate sobre “Território: o ordenamento da Ria”, no dia 4 de Outubro, das 18.00 às 20.00 horas, no Auditório do Museu da República.

Por fim, as I Jornadas da Ria de Aveiro, encerram com uma gala que consiste num espectáculo em que três expressões artísticas, o bailado, o teatro e a música, interpelam as vivências lagunares, celebrando a cultura, as suas gentes e a natureza da Ria de Aveiro. “Sonho de uma noite de Outono na Ria” terá lugar no dia 7 de Outubro, pelas 21.30 horas, no Teatro Aveirense.

Projecto de 160.000 Euros para “Tecnologias de comunicação TIC”, para a Biblioteca Municipal

A Câmara Municipal de Aveiro aprovou em Sessão Pública da Reunião de Câmara do dia 28 de Agosto, a aquisição de diversos equipamentos informáticos no âmbito do Projecto “Tecnologias de Informação e Comunicação TIC”, para a Biblioteca Municipal de Aveiro, num investimento a realizar no valor total de 160.628,00 euros.

Aprovado por unanimidade, os fornecimentos de diversos equipamentos informáticos para a Biblioteca Municipal de Aveiro serão financiados em 50 por cento, mais concretamente no valor de 80.314,00 euros, pelo Ministério da Cultura, por intermédio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

A Câmara Municipal de Aveiro apresentou o Projecto “Tecnologias de Informação e Comunicação TIC” para o apetrechamento informático da Biblioteca Municipal, inserida na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

A implementação de um projecto informático tornou-se imprescindível para a revalorização dos serviços que a Biblioteca Municipal de Aveiro disponibiliza aos utilizadores. A biblioteca continuará a oferecer os serviços tradicionais e vai ter serviços decorrentes das tecnologias da informação e comunicação nas diversas salas de leitura.

A estruturação dos serviços internos vai, prioritariamente, realizar a automatização das funções biblioteconómicas básicas do serviço documental. Os utentes poderão, assim que o projecto estiver totalmente implementado, aceder ao serviço documental dentro do espaço da biblioteca. Está igualmente disponível um conjunto de serviços on-line ao público.

Em suma, a Biblioteca Municipal de Aveiro vai facilitar um conjunto de serviços interactivos através da Internet para facilitar a pesquisa dos catálogos, a localização do título, a reserva e o empréstimo de documentos e a troca de informações entre os utilizadores. Deste modo, pretende-se, com a criação destes novos canais de comunicação, aumentar a conveniência e a eficácia do atendimento e estimular a leitura.

Balanço da “FARAV 2006”, XXVII Feira de Artesanato da Região de Aveiro e XIX Mostra regional e interacional de artesanato e 1ª Mostra nacional de Gastronomia regional

Durante a Farav 2006, que decorreu de 5 a 13 de Agosto de 2006, houve 34 mil entradas pagas. Ao longo de oito dias os visitantes puderam ver 70 artesãos a trabalharem ao vivo, assistir a diversos momentos de animação e deliciar-se com a gastronomia regional representada por 13 restaurantes.

Segundo Miguel Capão Filipe, Vereador responsável pelo Pelouro dos Assuntos Culturais, “este certame foi o passo certo no sentido de atingirmos um lugar cimeiro nas feiras de artesanato a nível nacional. Queremos manter um grande prémio de artesanato e melhorar ainda mais os aspectos paralelos à Farav, de forma a cativar mais visitantes”.

O Presidente do Conselho de Administração da Aveiro-Expo, Jorge Greno, considera que “arriscámos num novo modelo, com uma aposta séria na feira, com novos espaços e entendemos que estamos no bom caminho”.

A Aveiro-Expo considera que os objectivos da Farav foram atingidos, a feira foi um sucesso, mesmo tendo sido arriscado um novo modelo, ao qual as pessoas responderam de forma entusiástica. Para Diogo Machado, Director da Aveiro Expo, “o objectivo para 2007 é melhorar a componente da animação para a zona da restauração, consolidar a feira de artesanato e aumentar o número de artesãos a trabalhar ao vivo”.

A principal novidade desta edição foi o Prémio “A Melhor Peça de Artesanato” que distinguiu uma peça, pelo conjunto de todas as suas características e qualidades. O valor do prémio, o maior a nível nacional, foi de 2.307,00 euros, ilíquidos, atribuído a Fernando Miguel, das Caldas da Rainha.

A Feira de Artesanato da Região de Aveiro e Mostra Nacional e Internacional de Artesanato acontece todos os anos no mês de Agosto e constitui na actualidade, uma das maiores e melhores iniciativas culturais do género. A



importância crescente que esta feira tem revelado é directamente proporcional ao papel específico que o artesanato tem vindo a alcançar na sociedade e no tecido económico.

Prémio “A melhor peça de artesanato FARAV 2006”

O vencedor do Prémio “A Melhor Peça de Artesanato Farav 2006”, foi “Presépio - A Admiração do Nascimento”, uma peça barroca com vários elementos cristãos, pertence a Fernando Miguel, do “Atelier S. Miguel”, das Caldas da Rainha. O prémio, no valor de 2.307,00 euros, ilíquidos, foi entregue pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Carlos Santos, pelo Vereador responsável pelo Pelouro dos Assuntos Culturais, Miguel Capão Filipe, e o presidente da Associação dos Artesãos de Aveiro “A Barrica”, Evaristo Silva, entre outros elementos do júri.

O júri constituído por um representante do Pelouro dos Assuntos Culturais da Câmara Municipal de Aveiro, Isabel Ramos; da Aveiro-Expo, E.M., Paulo Leite; do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Paula Miranda; da Região de Turismo Rota da Luz, Artur Jorge Almeida; da Cooperativa de Design, Joana Pires da Rosa; do CEARTE, Fernando José Morgado; da Federação Portuguesa de Artes e Ofícios, João Amaral; do PPART – Programa para a Promoção dos Ofícios e Mico Empresas Artesanais, Ana Pires e o Presidente da Associação dos Artesãos de Aveiro “A Barrica”, Evaristo Silva, distinguiu a peça que mais se destacou, pelo conjunto de todas as suas características e qualidades.

Fernando Miguel nasceu nas Caldas da Rainha em 1958 e desde jovem que aprendeu e contactou sempre com a cerâmica, arte que já vinha do seu avô materno, Artur Caldeira, oleiro, que pertenceu à geração em que a olaria era uma das profissões mais tradicionais das Caldas da Rainha.

Desde 1992 que existe o “Atelier S. Miguel”, onde trabalha Fernando Miguel que se dedica à produção de peças em cerâmica, todas únicas e originais de cariz satírico, inspiradas no espírito alegre, caricato e artístico que, desde a



passagem de Rafael Bordalo Pinheiro por Caldas da Rainha, ficou marcado na cidade.

Do atelier saem peças únicas e de valor artístico no campo da arte sacra, figurativa e da tradição artística de Caldas da Rainha.

Balanço da “Viver Aveiro, festas da Ria 2006”

Organizado pela Câmara Municipal de Aveiro, “Viver Aveiro – Festas da Ria” 2006” contou com a colaboração da Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro, diferentes associações e instituições do Concelho, e com o apoio da Região de Turismo Rota da Luz.

Segundo o Vereador responsável pelo Pelouro dos Assuntos Culturais da Câmara Municipal de Aveiro, Miguel Capão Filipe, “Viver Aveiro – Festas da Ria 2006” “foi um sucesso quer pela adesão do público aveirense quer pela colaboração e dedicação dos agentes e associações culturais envolvidos na dinamização da cidade e da vivência da nossa Ria”.

Este projecto teve como principal objectivo, através de um conjunto de iniciativas, potenciar todas as mais valias da Ria de Aveiro e do Barco Moliceiro, um verdadeiro “ex-libris” de Aveiro. A área de intervenção do programa foi a zona do Rossio e destinou-se à população em geral.

Destacamos do programa de actividades, a realização do Espectáculo de Rua “A Viúva Astuta” pelo grupo “Teatro ao Largo”, no passado dia 18 de



Julho, pelas 22.00 horas, no Rossio. Escrita no auge da sua carreira, em 1748, “A Viúva Astuta” foi uma das comédias mais sucedidas de Goldoni, a par de “O Servidor de Dois Amos” e “A Estalejeira”. Carlo Goldoni nasceu em Veneza, em 1707 e é geralmente conhecido como o supremo dramaturgo italiano. Quebrando a tradição da Comédia dell’Arte, ele criou comédias espirituosas num estilo moderno, que cativaram e divertiram audiências até aos dias de hoje.

No dia 20 de Julho, pelas 21.30 horas, igualmente no Rossio, decorreu o Festival “Danças do Mundo” que deu a conhecer danças de grupos de Portugal e de outros países, nomeadamente, o Grupo Folclórico das Terras da Feira; «Georgian Folk Ensemble “Savane”», da Geórgia; «Folk Art Ensemble “Sarisan”», da Eslováquia; «Dance Ensemble “Mladost”», da Bulgária; «Beti Jai Alai Dantzari Taldea», do País Basco; «Ballet Folklórico del Norte», do México; e «Ensemble “Skopje”», da Macedónia.

Por fim destacamos a realização da Regata de Moliçeiros no dia 22 de Julho, que contou com a participação de duas dezenas de barcos moliçeiros que deram vida e cor à Ria de Aveiro. A Câmara Municipal de Aveiro, consciente do valor etnográfico que o Barco Moliçeiro encerra, organiza todos os anos a tradicional Regata de Moliçeiros.

Após a chegada dos barcos moliçeiros seguiram-se algumas animações de rua, pelo Rancho Folclórico do Baixo Vouga, Grupo de Xailes de Aveiro e Cantares de Aveiro e Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas Cidade de Aveiro, desde o Canal das Pirâmides até ao Rossio.

Os principais objectivos do projecto “Viver Aveiro – Festas da Ria 2006” foram proporcionar à população Aveirense a todos os turistas diversas actividades culturais de forma a divulgar e potencializar todas as mais valias da Ria de Aveiro e a dinamizar as noites de Verão; dinamizar a Regata dos Moliçeiros dando-lhe ainda mais vida; ocupar o tempo livre da população em geral nas noites de Verão, proporcionando-lhes actividades da mais diversa índole, relacionadas com a Ria de Aveiro; encher de colorido o Canal Central da Ria de Aveiro através dos seus moliçeiros; consciencializar a população da importância da Ria de Aveiro; valorizar a cultura e o património existente relacionado com a Ria de Aveiro; dar a conhecer o artesanato da região de Aveiro; e dar possibilidade às Associações do nosso Concelho de divulgarem os seus trabalhos.

Exposição de Pintura “Salinas”, de Rui Aguiar

Decorreu na Galeria da Capitania, até 3 de Setembro, com entrada gratuita e aberta de Terça-feira a Domingo, a Exposição de Pintura “Salinas”, de Rui Aguiar. O Pintor nasceu no Porto, em 1944 e expõe regularmente a partir de 1972. Desenvolveu uma investigação plástica como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Está representado em diversas colecções e museus, nomeadamente a “Wassenhoven Collection” – Burges; “Lalit Kala Akademi” – Nova Deli; Museu do Desenho de Estremoz; Secretaria do Estado da Cultura – Porto; Câmara Municipal de Matosinhos; Museu de Arte Contemporânea – Fundação de Serralves; Colecção da Caixa Geral de Depósitos; Centro de Arte Moderna – Fundação Calouste Gulbenkian; Museu Amadeo Souza-Cardoso – Amarante.

Rui Aguiar foi destacado com Menção Honrosa de Pintura, 1984 – IV de Cerveira; Grande Prémio de Pintura, 1985 – Exposição de Arte Moderna A.F.O. – Museu Nacional Soares dos Reis; Prémio de Aquisição, 1986 – VI Trienal da Índia – Academia Nacional da Arte de Nova Deli; Prémio de Aquisição, 1988 – Bienal “Mom’Arte”, Vila do Conde; Prémio “São João” de Pintura, 1989 – Porto; Grande Prémio de Pintura, 1992 – VII Bienal de Vila Nova de Cerveira; Prémio Exposição Nacional de Pintura B.F.C. 1993; Menção Honrosa – Prémio Baviera de Pintura, 2000; Casa de Serralves –

Porto.

“Salinas” é uma exposição inédita de pintura que inicia o ciclo do SAL, na abordagem artística da extensão das salinas aveirenses e das relações conceptuais da matéria “sal”.

“Aridez de grânulos, de solutos, e de espessuras, a paisagem que contemplamos, cidade que com o sal mantém a primazia do convívio, é a que nos oferece a promessa do sabor da vida, a garantia do tempero da terra, e a ideal mortalha da consumição da carne toda. Vem o azul da aragem marítima, a lavura perpassante de uma asa, mas é nos cristais que a completa realidade se declina” (Mário Cláudio).

II Mostra de Arquitectura e urbanismo do Município de Aveiro “Os transportes e o território” e “Desconstruções”

A Exposição “Aveiro, 1900-2006. O Território e os Transportes” esteve patente até dia 27 de Agosto, no Museu da República e permitiu explorar a realidade de Aveiro e da região ao nível dos transportes e da sua estreita relação com a ocupação do território, a partir de uma contextualização nacional,



constitui, assim, a temática da exposição baseada em documentos fotográficos, desenhados e escritos.

A peculiar localização geográfica de Aveiro junto da laguna implica uma abordagem mais cuidada e diversificada face às várias tipologias de transportes e de redes de comunicação possíveis. Percepcionar a relação de desenvolvimento urbano em torno do surgimento e evolução dos transportes e das vias de comunicação; reflectir sobre problemática das mobilidades e seus reflexos (eixos e fluxos); fomentar o debate sobre a importância dos transportes e dos meios de comunicação num contexto de comportamentos urbanos; identificar especificidades da região de Aveiro e de que forma elas condicionam as suas linhas evolutivas são os grandes objectivos desta vasta exposição documental.

O evento resultou da conjugação de esforços entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Direcção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais. Este não seria, ainda, possível sem a colaboração de outras entidades, em particular da Administração do Porto de Aveiro SA, que prontamente respondeu e abraçou a ideia disponibilizando e facultando parte da documentação. Relevante foi, também, o apoio prestado pela Aveiro POLIS e pela MoveAveiro de onde provém parte dos materiais.

A exposição de fotografia “(des)construções”, de Luís Ribeiro esteve patente na Galeria da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro (Rua de Coimbra, junto aos Paços do Concelho) até ao dia 15 de Agosto. O objectivo do trabalho que se apresentou não foi tanto o de fotografar os edifícios como obras em si, mas procurar aspectos e pormenores que permitiram obter imagens que se pretendiam essencialmente gráficas ou plásticas.

Sem elementos de escala evidentes, sem pessoas, sem mostrar os interiores, há a redução de uma série de conceitos inerentes à arquitectura a uma plataforma puramente visual.

Tratou-se de descontextualizar ou desconstruir os elementos arquitectónicos de forma a obter composições linhas e cores, sombras e luz. A obra do arquitecto é, no fundo, a matéria-prima usada para obter imagens que, no limite, podem não ser evidentes, mesmo para quem conheça os edifícios. – Gab. Imp. CMA, Texto e fotos, coordenação LR, PL

Vereadores do PSD apreensivos com possível centralização de serviços no Porto e reunião com DGV pendente de nova autorização da tutela



A reunião entre os Vereadores do PSD de Braga e os responsáveis da Delegação de Braga da Direcção-Geral de Viação acabou por não ter lugar no dia agendado, por indicação dos Serviços Centrais da DGV. A reunião ficou aguardando autorização expressa do Secretário de Estado com a tutela deste Serviço.

Na óptica dos Vereadores do PSD de Braga, este encontro serviria para clarificar as implicações sobre os serviços desta Delegação do PRACE – Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado, que se presume possam vir a lesar seriamente os utentes locais.

A saber, de acordo com as informações já vindas a público e outras entretanto recolhidas em reuniões com a Tutela pelas Comissões de Trabalhadores, poderá vir a ocorrer a cisão da actual DGV, com a sua posterior integração com outros organismos públicos, parte sob a alçada do Ministério da Administração Interna e parte sob a alçada do Ministério das Obras Públicas.

Neste contexto, prevê-se que possa vir a ocorrer o encerramento de alguns serviços desconcentrados ou a sua redução a meros postos de atendimento público, de formato tipo Loja do Cidadão – o que se revelaria totalmente incomportável.

Por essa via, antecipa-se igualmente que serviços que estiveram historicamente disponíveis na Delegação de Braga da DGV e que justificam a sua disponibilização numa óptica de proximidade com a população possam vir a ser centralizados no Porto, com grave prejuízo para os cidadãos de Braga.

Ora, o verdadeiro “boom” de utilizadores destes Serviços justificaria antes, como vem sendo reivindicado de há vários anos a esta parte, uma melhoria das actuais condições de funcionamento da Delegação de Braga da DGV, ainda que por readaptação de outros espaços públicos existentes no Concelho.

A esta luz, entendem os Vereadores do PSD de Braga que compete à Autarquia Bracarense o exercício de uma magistratura de influência junto do Poder Central para evitar a consumação destas decisões e para assegurar a salvaguarda dos interesses dos Municípios e dos muitos utentes dos Concelhos limítrofes que historicamente usufruíram da proximidade destes Serviços.

Entretanto, ficarão os Vereadores do PSD na expectativa da confirmação da data para a realização da reunião que foi suspensa.

Confrontado com saída de mais uma empresa de Braga, o PSD exorta Câmara a assumir como prioridade, a captação e fixação de investimento

A notícia de que a fábrica “Internoplaste” – actualmente instalada no Parque Industrial de Celeirós, pertencente ao grupo líder do mercado nacional de produção de poliestireno expandido e que actualmente emprega 70 trabalhadores - se irá deslocalizar para Santo Tirso, leva a Comissão Política do PSD de Braga a exortar a maioria socialista que gere a Câmara Municipal de Braga a assumir de uma vez por todas a importância para o desenvolvimento

do Concelho da captação e fixação de investimento empresarial.

Desta feita, a saída desta empresa de Braga é tanto mais grave quanto tal decisão resulta directamente de erros e omissões da acção camarária e ocorre num contexto de expansão da actividade desta unidade fabril.

De facto, tivesse a Autarquia assumido plenamente as suas funções de entidade gestora do Parque Industrial de Celeirós e não tivesse acumulado erros sucessivos, quer no domínio dos processos de gestão dos espaços e de alargamento do Parque, quer na vertente do planeamento urbanístico da sua envolvente e esta situação teria sido seguramente evitada.

Bem pelo contrário, a avaliar pelas indicações da empresa, estaria esta interessada em adquirir um espaço de maior dimensão e, provavelmente, a reforçar o número de trabalhadores empregues, em linha com o aumento previsto da actividade.

Na prática, não só a Câmara se desresponsabilizou da gestão deste espaço empresarial – como ficou bem claro no leque de problemas identificados quando da reunião dos Vereadores do PSD com a AEPIC – Associação de Empresários do Parque Industrial de Celeirós realizada em Julho último e nos subsequentes esclarecimentos prestados em reunião do Executivo -, como teve opções urbanísticas extremamente gravosas para o potencial de expansão do Parque e para o normal funcionamento das instituições que aí laboram.

No caso vertente, se a Comissão Política do PSD compreende a insatisfação dos moradores dos prédios vizinhos com o possível ruído proveniente das fábricas do Parque e tem que reconhecer a legitimidade legal de unidades que se encontram devidamente licenciadas e certificadas, não pode deixar de lançar duras críticas a quem tem uma visão de gestão dos espaços urbanos que estimula a sempre problemática convivência entre zonas residenciais e fabris e que julga que qualquer nesga de terreno é aproveitável para um novo prédio, uma fábrica ou um Centro de Investigação Internacional.

Por força destas opções da Autarquia, perdem todas as partes envolvidas e perde o próprio Concelho, que vê partir mais uma fonte de criação de emprego e riqueza com a total passividade da Câmara Municipal.

Num mandato que se parece cada vez mais com um desesperado mata-borrão dos últimos 30 anos (como ainda recentemente se verificou com o bem-vindo projecto de renaturalização do Rio Este), apela-se aos Autarcas Socialistas que evitem continuar a “borrar a pintura” numa matéria tão importante para o desenvolvimento que todos desejamos para Braga. – **Fonte: CPS de Braga**



Notícias de Setúbal

A JSD e o afastamento do Presidente da Câmara

A JSD de Setúbal enviou-nos um comunicado sobre o tema em epígrafe, que reproduzimos:

A Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD vem por este meio manifestar a sua profunda indignação pela postura assumida pelo Partido Comunista Português, ao decidir impor uma reestruturação na composição do executivo da Câmara Municipal de Setúbal.

É que impor uma renúncia política, que até os próprios visados surpreendeu, mais não é do que procurar mostrar uma visão totalitária, inaceitável, aparelhística e partidária do exercício do poder autárquico, que desrespeita os resultados eleitorais e a legitimidade de quem foi escolhido, em última instância, pelos eleitores e não apenas pelos militantes.

O que é nosso dever é de não calarmos a nossa revolta pela forma como ao fim de 3 décadas de Portugal Democrático temos um Partido que não se coíbe de mandar nos seus quadros, de impor a sua vontade político-partidária passando por cima da vontade pessoal desses autarcas, e de se esquecer das populações “não militantes” que deveriam ser a causa última da sua acção, o que demonstra claramente que o 25 de Abril passou em 1974 por Portugal, mas que esqueceu de se estabelecer na Socio Pereira Gomes.

Enquanto representantes de uma organização política que tem na sua génese as Novas Gerações que querem continuar a ter esperança, Exigência e Ambição na Construção do Futuro, não podemos aceitar esta forma autoritária de um partido que acumula poeira ideológica e que continua a Sonhar Utopia e a não perceber o que é a Democracia.

Infelizmente, este Partido continua a dar provas de que o Passado é para ser venerado e o Futuro continuamente adiado.

É isso que tem acontecido no Distrito de Setúbal, fruto desta visão ultrapassada, arrogante e autoritária continua a ter um modelo de desenvolvimento económico, social, ambiental e civilizacional só comparável com o conceito transviado de Democracia que é praticado pelo PCP.

É por isso que é tempo dos Habitantes deste Distrito não continuarem a pactuar com estas atitudes e de penalizar partidos que não respeitam os cidadãos que, democraticamente, votaram em pessoas e que são defraudadas, principalmente quando percebem que essas mesmas pessoas em quem confiaram são afinal marionetas nas mãos de um directório partidário que as usa e as deita fora.

Isto em Democracia é condenável, é mostra que o PCP não entende o conceito de Democracia que é praticado por todas as sociedades e cidadãos livres e que pensam e actuam por si próprios, a pensar nos melhores interesses da comunidade onde vivem e trabalham. - **JSD/Setúbal**

Os já tradicionais “Jogos de Praia” da “J”

Numa organização conjunta da Comissão Política Distrital de Setúbal e da Secção de Almada da JSD, tiveram lugar os já tradicionais Jogos de Praia, que contaram com a presença de cerca de uma centena de participantes, num dia de calor onde reinou a boa disposição e a amizade. Um evento que contou com a presença do Secretário-Geral Adjunto do PSD, o Engº Luis Rodrigues, e que terminou com um churrasco.

Nasce mais uma secção da JSD no Distrito, agora em Alcácer do Sal

Nasceu mais uma Secção da JSD no Distrito de Setúbal, que ajuda a engrandecer a nossa JSD (a nível Regional e Nacional). Composta por militantes novos e determinados, empenhados em representar os jovens do acolhedor concelho do Litoral Alentejano, a nova JSD/Alcácer do Sal promete muita irreverência na capacidade de ajudar a ganhar o futuro! A nova Comissão Política é presidida pelo Luis Figueira e conta como Vice-Presidente com Vasco Picaró e como Secretária-Geral, Catarina Grilo.

Continuando a fazer tudo para cumprir a promessa de ter todos os concelhos com JSD activa, a Comissão Política Distrital de Setúbal (representada no acto eleitoral pelo seu Presidente, Nuno Matias - na foto com a nova CPS/JSD Alcácer - está já neste momento a coordenar o trabalho para a abertura da



13ª e última Secção do Distrito, Alcochete, para dar por encerrado este trabalho imprescindível para ajudar à implantação da Social Democracia em Setúbal.

Problemas sociais em análise: delegação da Distrital do PSD reúne com Bispo de Setúbal

Uma delegação da Distrital de Setúbal do PSD, constituída por Bruno Vitorino, Pedro do Ó Ramos, Paulo Ribeiro e Margarida Bonito, reuniu na semana passada com o Bispo de Setúbal, D. Gilberto Canavarro Reis. Neste encontro, os social-democratas manifestaram todo o empenho do PSD em ajudar a encontrar respostas para os problemas sociais da região.

A elevada taxa de desemprego e a exclusão social, foram alguns dos assuntos que estiveram em cima da mesa.

A preocupação com os graves problemas sociais que se vivem na região foram o tema dominante da conversa, tendo o presidente da Distrital, Bruno Vitorino, sublinhado e reconhecido todo o esforço que tem sido feito pela Diocese de Setúbal na tentativa de minimizar as carências dos mais necessitados.

Ao nível da exclusão social, Bruno Vitorino salientou os problemas que afectam os idosos, nomeadamente os dependentes, e as questões que se prendem com os imigrantes, nomeadamente a sua legalização, as condições para a sua inserção no trabalho com direitos, a habitação condigna, a reconstituição da família e a sua inserção familiar, o reconhecimento das habilitações, assim como a questão da língua no caso dos imigrantes de leste.

O estado da Saúde na região de Setúbal foi outro ponto que esteve em cima da mesa nesta reunião. A Distrital do PSD mostrou-se uma vez mais preocupada com o facto do distrito ter a taxa mais baixa de cobertura ao nível de médicos de família, sendo que na Sub-Região de Saúde de Setúbal mais de um quarto (26,7%) dos inscritos dos centros de saúde estão a descoberto. Bruno Vitorino disse ainda que esta situação é prejudicial, sobretudo para os mais carenciados, sendo que são eles os que mais sofrem com a falta de cuidados de saúde.

Este encontro serviu também para a nova equipa dirigente social-democrata do Distrito apresentar formalmente os seus cumprimentos ao Bispo de Setúbal.

O Presidente da Distrital do PSD disponibilizou-se ainda a ajudar a Diocese de Setúbal naquilo que estiver ao seu alcance para que os problemas sociais da região possam ser minorados, sublinhando que as diversas forças políticas têm que encarar esta questão como sendo prioritária e que necessita de urgente resolução.

- **PSD/Setúbal**

Notícias de Sintra

Regresso à Idade Média, por uma semana em Setembro

Sintra vai regressar à Idade Média de 2 a 17 de Setembro! Torneios a cavalo, danças no Palácio da Vila e a realização de uma feira medieval fazem parte da iniciativa “Sintra Medieval”, com o objectivo de proporcionar aos visitantes uma verdadeira viagem no tempo.

Os “Torneios a Cavalo” já tiveram lugar a 2 e 3 de Setembro, no Largo Rainha D. Amélia, Palácio Nacional de Sintra, entre as 15h00 e as 20h00. O programa foi composto pela abertura do torneio pelo “rei de Armas”, seguindo-se demonstrações de tiro ao arco e besta, abertura ao público das tendas/museus de cavaleiros, mostra de armas e dois torneios a cavalo. Na zona do terreiro do Palácio, existirá também animação musical medieval, com mendigos, videntes, mostras de falcões, malabaristas e engolidores de fogo.

As “Danças no Palácio”, que vão realizar-se no Largo Rainha D. Amélia (Largo do Palácio Nacional de Sintra), a 9 de Setembro, às 17h30, irão evocar a música e as danças de corte. No âmbito desta iniciativa será, ainda, recriada a entrada da corte em cortejo, a mensagem do arauto e a apresentação de danças populares e palacianas.

Já a “Feira Medieval” irá ter lugar nos dias 15, 16 e 17 de Setembro, no Largo D. Fernando II (Largo da Feira), em S. Pedro, entre as 17h00 e as 23h30 (sexta-feira) e das 15h00 às 23h30 (fim de semana). No âmbito desta iniciativa, será recriado um mercado medieval, com artesanato recreativo da época, gastronomia, trabalhos em pele, em estanho, sabões, amuletos, cerâmicas, “farmácia antiga”. Decorrerão ainda, actividades circenses, teatro, música e um espaço infantil.

O programa (a partir do dia 9, sexta-feira) consta de:

Danças no Palácio, no Largo Rainha D. Amélia (Largo do Palácio Nacional de Sintra) às 17h30

Mensagem do Aituto, evocando música e dança de corte

Entrada da corte em cortejo, apresentação de danças populares e palacianas. Encerramento com dança de saída

Feira Medieval, no Largo D. Fernando II, em S. Pedro (Largo da Feira)
15 de Setembro das 17h00 às 23h30

16 e 17 de Setembro das 15h00 às 23h30

Recriação de um Mercado Medieval com artesanato, música, acrobatas, malabaristas, videntes, serenatas, animações teatrais e circenses e um espaço infantil.

Artesanato:

Plantas e flores secas, quadros, encadernações, escultura em madeira e pedra, cerâmica, amuletos, artigos em latão, cestaria, tecelagem, farmácia antiga, sabões, produção de vestuário, calçado, bijutaria.

Gastronomia:

Pastelaria tradicional, batatas assadas, enchidos, doces, cidra e licores, pão artesanal, fogaças, frutos secos, pinhões, mel, queijos, chocolates, rebuçados

Mais uma vez, realizou-se a festa, já secular, de S. João das Lampas

De 1 a 6 de Setembro decorreu, na freguesia de São João das Lampas, a Romaria de Nossa Senhora da Saúde, uma festa secular, cujo registo mais antigo remonta ao ano de 1677.

A romaria consiste numa parte profana, com vários espectáculos de variedades desde grupos musicais, bandas filarmónicas, folclore, fado, conjuntos de baile e grupos de teatro.

Mas mais importante é a vertente religiosa com a realização de eucaristia solene, seguindo-se uma procissão pelas ruas da sede de freguesia. Um dos aspectos característicos da procissão é a existência dos cargos (armações com fogaças ornamentadas), com cerca de 25 quilos, que são transportados à cabeça, durante todo o percurso. Estes cargos são característicos da freguesia e representam o cumprimento de promessas para com a Nossa Senhora da Saúde.

Esta festa é uma das mais importantes da zona saloia, marcando a diferença pelas suas dimensões e pela afluência de milhares de pessoas. Os festejos encerraram às 2 da madrugada de 6 para 7

– Gab. Imp. Sintra



Notícias dos Açores

Municípios reiteram alerta para perda verbas com nova Lei das Finanças Locais

A presidente da Associação de Municípios dos Açores disse hoje que os dados oficiais confirmam que as autarquias das ilhas “vão perder 20,2 por cento das suas verbas até à aplicação total” da nova Lei de Finanças Locais (LFL).

Berta Cabral, que hoje se reuniu em Lisboa com o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, adiantou à agência Lusa que “os dados vêm expressos num mapa” que lhe foi entregue pelo responsável governamental.

Segundo explicou, na prática os municípios açorianos, que actualmente recebem cerca de 99 milhões de euros, vão passar a receber cerca de 79 milhões de euros, fruto das reduções prevista na nova lei.

“Há um perda real e efectiva para as autarquias açorianas”, reiterou Berta Cabral, que chefiou uma delegação da Associação de Municípios dos Açores, composta por dez autarcas.

De acordo com a também autarca de Ponta Delgada (PSD), com a actual proposta de lei do Governo da República, a Câmara Municipal de Vila Nova do Corvo, na mais pequena ilha do arquipélago, é a mais penalizada, perdendo 50 por cento das sua verbas a partir de 2010.

Berta Cabral referiu que embora a nova lei preveja um regime transitório até 2009, através da existência de “cláusulas travão” que minimizam os efeitos negativos no corte de verbas, o que é facto é que o município de Ponta Delgada, o maior dos Açores, já perderá receitas em 2007.

“O arquipélago tem especificidades próprias, que merecem ser tidas em conta nesta revisão da LFL”, disse a autarca, que classificou a reunião como



sendo uma “derradeira tentativa” para sensibilizar o Executivo liderado por José Sócrates.

“Acredito que na génese da nova lei está a melhor intenção”, afirmou Berta Cabral, ao criticar que na prática as novas regras previstas “só vão acentuar a desertificação e aumentar as assimetrias de desenvolvimento entre as autarquias do país”.

A presidente da Associação de Município dos Açores (PSD), porque o nosso Partido continua a manter a maioria nas autarquias açorianas) considerou, ainda, que o encontro “foi importante” por ter possibilitado aos autarcas locais explicarem de viva voz as dificuldades sentidas no dia-a-dia.

No parecer escrito, entregue pela delegação açoriana, o organismo representativo das autarquias das ilhas pediu, também, a clarificação de outros artigos da proposta de lei, tais como, o IRS e o Fundo Social Municipal.

– Fonte: Lusa, foto arq° PL

Notícias da Suíça

Reacções do PSD/Suíça à questão dos novos passaportes

As estruturas do nosso Partido, na Suíça, preocupadas com a questão do novo passaporte electrónico, que pelo estado actual da tecnologia ao dispor dos Consulados, apenas pode ser emitido em Lisboa, envia-nos dois comunicados, publicados em sucessão, sobre o assunto. Eis os respectivos textos:

Depois de tanta confusão em torno do “super passaporte”, depois de tanta especulação e tanta ansiedade, que levou até alguns a escrever tanto disparate, é finalmente publicado o Decreto-Lei 138/2006, no passado dia 26 de Julho, que regulamenta a concessão/emissão do Passaporte Electrónico Português (PEP).

A Comissão Política do PSD na Suíça, atenta à necessidade que os portugueses residentes no estrangeiro têm, de que se criem métodos de concessão/emissão de documentos de viagem a seu favor, fiáveis, mas acima de tudo, de forma simples e célere, torna público o seguinte:

- O PEP deverá começar a ser emitido 120 dias após a publicação do D.L.-138/2006, ou seja, a partir de 23 de Novembro de 2006;

- A emissão do PEP carece da

titularidade de Bilhete de Identidade (B.I.) de cidadão português válido, independentemente da idade do requerente;

- Segundo o Secretário de Estado das Comunidades, António Braga, “na eventualidade de ocorrer algum imprevisto, cada consulado poderá emitir um passaporte temporário, que será gratuito e substituído, mediante a sua apresentação, por um Passaporte Electrónico Português (PEP)”;

Pelo que antecede, decidimos tecer a seguinte crítica ao Governo, de carácter meramente construtivo, e com toda a consciência da necessidade da implementação do (PEP), em conformidade com as directrizes Europeias:

- Se todos os requerentes do PEP deverão ser portadores de B.I. válido, independentemente da idade (art.º 18º do D.L.-83/2000 de 11 de Maio, na redacção dada pelo D.L. 138/2006 de 26 de Julho), o que irá acontecer com as crianças que nascem no estrangeiro e que só podem pedir B.I. depois de terem

o respectivo assento de nascimento integrado na Conservatória dos

Registos Centrais em Lisboa e, por conseguinte, deverão esperar que o assento de nascimento chegue a Lisboa, que os Registos Centrais integrem o respectivo Assento de Nascimento, retornar de seguida ao posto consular para requerer o

Bilhete de Identidade aguardar 1 a 2 meses pela sua emissão e remessa?!

passaporte temporário, defendemos que uma medida, por si só, já de recurso, não é de todo uma solução!

- Convidamos o Governo Português a resolver os problemas enunciados, alterando a Lei da nacionalidade no sentido de que os filhos de pai português e mãe portuguesa nascidos no estrangeiro passem a ser (automaticamente) portugueses, desde que não adquiram (automaticamente) outra

nacionalidade; - Convidamos ainda o Governo Português a seguir a linha de desenvolvimento iniciada no Governo Social-Democrata e defendida mesmo por outros Governos socialistas, de implementar a emissão do Passaporte e do Bilhete de Identidade no Estrangeiro, em cada vez mais postos consulares e com a brevidade que a



emissão de um documento de identificação exige.

Portugal precisa de nós, os portugueses precisamos de nós e nós continuamos sempre “AO ENCONTRO DA COMUNIDADE PORTUGUESA NA SUÍÇA”.

Preocupações colectivas dos Portugueses na Suíça

Passou algum tempo e a Comissão Política do PSD na Suíça em de voltar à carga e de tornar público de que apesar de em tempo oportuno ter

tomado a iniciativa de solicitar aos organismos competentes esclarecimento, não obteve resposta devidamente esclarecedora, até ao fim do mês passado. E afirma:

Não sendo possível desde há mais de dois meses, estabelecer um contacto telefónico com os Serviços Sociais da Embaixada de Portugal em Berna, resolvermos pessoalmente perguntar o que se passa?

Obtivemos como resposta de que foi uma decisão superior.

Neste contexto apuramos de que nenhum serviço está afinal ligado à rede telefónica excepto a chancelaria diplomática, que em breve será

confidencial, e que apenas um número telefónico, o da Secção Consular (031 351 17 73), está apto a receber chamadas.

Não tendo sido informada a Comunidade Portuguesa de tais alterações é natural a pergunta se é este o tal programa “SIMPLEX” de que o Governo PS tanto se elogia?

Questionamos assim igualmente a questão do despedimento para o final deste mês do Consultor Jurídico, com apenas uma avença de CHF 250 mensal desde, e após 23 anos de serviço.

Nesta base, quem assume dizer também algo sobre o assunto (Já que os interessados Suíços nada dizem):

- O “2 Pilar” após o dia 1 de Junho

de 2007?

E também:

- Em relação à troca de carta de condução dos nossos compatriotas com o “Permis L”?

- Os reconhecimentos de divórcios?

- As viagens de menores?

- A Lei da nacionalidade?

- O “PEP”?

O PSD da Suíça não descansa nas suas preocupações, que são, afinal, as da nossa comunidade e continuamos, como sempre, “AO ENCONTRO DA COMUNIDADE PORTUGUESA NA SUÍÇA”.

- PSD/Suíça

Notícias de Toronto (Canadá)

Assembleia-Geral da Secção, com José Cesário

Realizou-se a Assembleia-Geral da Secção de Toronto (Canadá) do PSD, no passado dia 28 de Julho.

Valerá a pena anotar que, a exemplo do que se faz nesta zona do Mundo, a Assembleia-Geral incluiu alguns pontos, para além da Eleição dos novos Corpos Sociais da Secção.

Publicamos a Acta desta Assembleia:

Aos 28 de Julho de 2006, pelas 19.30 a Assembleia-Geral da Secção, presidida por Fernando Cruz Gomes, na sua qualidade de Presidente da Mesa, coadjuvado por Dália Mendes, Secretária da mesma. Em lugar especial, o Coordenador para as Comunidades Portuguesas, Deputado José Cesário.

Estavam presentes na sala da sede da Secção muitos militantes, embora em minoria relativamente ao número total de militantes inscritos.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, falou-se nas contas da secção, que deram, na exploração dos dois anos da actual Comissão Política, um saldo negativo (a apurar, na sua totalidade) na ordem dos 7.000 dólares. Foi desde logo observado que o montante é passível de cobrir com uma festa de angariação de fundos que se fará logo que termina o período de verão.

O amigo e companheiro António Jorge foi dizendo que a sede só tem arruinado o Partido, tendo sido por isso que a Comissão, a que presidiu, deixou de concorrer às eleições seguintes. O presidente da Mesa referiu que isso era tema já passado, uma vez que a própria Assembleia, por grande maioria, aprovou a ideia de se continuar com a sede, depois de longo debate. Acentuou ainda que o facto de haver pouca actividade, mesmo com sede, acabaria por ser muito pior se não houvesse sede.

Neste ponto, houve outras opiniões, designadamente a da jovem militante Lara Ingrid Antunes, que expressou a sua vontade de haver mais actividades, designadamente culturais, que façam mais gente interessar-se pelo Partido.

O presidente da Mesa deu, então, conta de não terem sido apresentadas quaisquer listas para os corpos sociais, pondo à discussão a solução para o caso.

O deputado José Cesário referiu, desde logo, que no Canadá há uma crescente militância entre os que se filiaram ou estão a filiar no Partido. Referiu as cidades de Montreal, London e Kitchener, como sendo zonas onde o Partido está a crescer. Mal seria – disse – se não encontrássemos soluções para os problemas que sempre vão surgindo. Disse que vale a pena a Secção de Toronto começar a debater problemas dos Portugueses nesta zona do mundo.

Referiu, desde logo, pensar que, na falta de listas concorrentes aos corpos directivos, a solução teria de ser, eventualmente, a nomeação de uma Comissão Administrativa para gerir os destinos do Partido e preparar a secção para eleições.

António Jorge concordou, acentuando, de novo, que tudo poderia ser bem diferente se houvesse mais trabalho e mais união.

Inácio Mota referiu estar de acordo com o deputado José Cesário, nas soluções que se têm de encontrar para dinamizar a secção.

António Jorge voltou a insistir ter algumas dúvidas, na medida em que, se a secção não funcionou, nos últimos dois anos, também não iria funcionar com uma comissão administrativa. Referiu que Lisboa estava informada de tudo, já que foi enviando notas para todos os departamentos do partido. A isto respondeu o presidente da Mesa, acentuando que, mesmo não sendo proibido enviar notas do género para Lisboa, o

melhor seria enviar também, em sistema de cópias, se quisesse, para a secção.

José Cesário perguntou, então, a Carlos Mendes, presidente da Comissão Política cessante, se queria prosseguir agora na comissão administrativa. Alegando, designadamente, motivos de saúde, Carlos Mendes disse que não ficaria. O deputado agradeceu, então, a Carlos Mendes, todo o seu empenho e referiu como passíveis de ser enquadrados na Comissão Administrativa: Fernando Cruz Gomes, Laurentino Esteves, Inácio Mota, Paulo Neves e António Letra, que foram imediatamente empossados.

O objectivo da Comissão Administrativa é gerir a secção e fazer eleições. Referiu que voltaria ao Canadá, em Novembro, e poderia estar presente, se fosse necessário, nas eleições.

Na parte final da assembleia-geral, abordaram-se alguns dos problemas da comunidade. A Local 183 esteve então em foco, dada à turbulência que por ali se tem verificado nos últimos tempos. Falou-se no Conselho das Comunidades e nas próximas eleições. Cruz Gomes, António Jorge, Inácio Mota, Laurentino Esteves e Acácio Magalhães levantaram algumas questões.

José Cesário aproveitou para lembrar que a própria comunidade vai estar, em breve, envolvida em eleições autárquicas locais e que seria bom se a comunidade portuguesa conseguisse estar representada a esse nível. Referiu alguns aspectos do movimento associativo português e das dificuldades que alguns clubes atravessam.

Quando o PSD foi Governo – lembrou Cesário – houve oportunidade de dotar várias comunidades com a possibilidade de fazerem localmente os Bilhetes de Identidade. Falou no alargamento da rede dos consulados honorários. Referiu o magnífico painel de azulejos oferecido a Toronto e na “calçada à portuguesa”, que só não foi avante por motivos locais. Falou nos trabalhadores indocumentados e naquilo que podemos fazer, pelo menos para que o problema não seja tão grave para tanta gente.

Disse, depois, que o Consulado de Toronto vai até deixar de emitir os passaportes, por causa da introdução do passaporte electrónico, que só pode ser emitido em Lisboa, o que é um retrocesso relativamente ao que o governo PSD fez.

No final, Laurentino Esteves falou na “vida nova” que temos de encetar. Acácio Magalhães seria o último orador pegando no mesmo tempo e dizendo que, de facto, era precisar passar “de uma vida velha... para uma vida nova”.

Eram 11 horas da noite quando o presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos.

– FCG, em Toronto



JSD emite comunicado relativamente à extinção do IAJ

Comunicado

O arrendamento jovem tem sido ao longo dos anos um importante meio de apoio ao Arrendamento de Habitação por parte dos mais jovens. Milhares de Jovens utilizaram esta medida ao longo dos anos, sendo uma ferramenta indispensável no início de vida de um jovem.

Fomos recentemente confrontados com o facto de o Governo ponderar abolir o Incentivo Arrendamento Jovem, com a justificação que o actual modelo é ineficiente. É um facto que o actual modelo de Arrendamento Jovem está

ultrapassado, gasto e já não é uma solução para resolver este problema. Com o mercado da compra de Habitação altamente inflacionado, torna-se essencial que exista um modelo de Arrendamento que permita aos jovens ter uma habitação no início da vida profissional. Entendemos que devem ser tomadas medidas não só a nível da Iniciativa ao Arrendamento Jovem, mas também a nível das autarquias, com a possibilidade de executar programas de reformas de casas devolutas para o Arrendamento Jovem e mesmo

condições para não afastar os jovens dos centros urbanos.

O que não compreendemos é porque este Governo vem abolir, esta importante iniciativa?

Um Governo que não tem capacidade de fazer reformas, não é o Governo certo para o nosso país, mais uma vez os jovens são relegados para último.

A JSD vem por este meio informar que fará chegar uma proposta para o Arrendamento Jovem ao Grupo Parlamentar do PSD, sendo a primeira organização política a fazê-lo, que realmente resolva o problema

deste sector e vá de encontro às necessidades reais das gerações mais novas. Se o Governo prefere destruir em vez de construir soluções para o nosso país, a JSD não permitirá que os jovens fiquem “órfãos” de futuro.

O objectivo desta proposta será ser entregue ao Grupo Parlamentar, para posteriormente ser apresentado na Assembleia da República.

O Presidente da Juventude Social Democrata

Daniel Fangueiro

CPD-JSD Setúbal emite comunicado sobre Afastamento do Presidente Eleito da Câmara Municipal de Setúbal

ESTE É O PCP NO SÉCULO XXI

A Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD vem por este meio manifestar a sua profunda indignação pela postura assumida pelo Partido Comunista Português, ao decidir impor uma reestruturação na composição do executivo da Câmara Municipal de Setúbal.

É que impor uma renúncia política, que até os próprios visados surpreendeu, mais não é do que procurar mostrar uma visão totalitária, inaceitável, aparelhística e partidária do exercício do poder autárquico que desrespeita os resultados eleitorais e a legitimidade de quem foi escolhido, em última instância, pelos eleitores e não apenas pelos militantes.

O que é nosso dever é de não calarmos a nossa revolta pela forma como ao fim de 3 décadas de Portugal Democrático temos um Partido que não se coíbe de mandar nos seus quadros, de impor a sua vontade político-partidária passando por cima da vontade pessoal desses autarcas, e de se esquecer das populações “não militantes” que deveriam ser a causa última da sua acção, o que demonstra claramente que o 25 de Abril passou em 1974 por Portugal, mas que esqueceu de se estabelecer na Soeiro Pereira Gomes.

Enquanto representantes de uma organização política que tem na sua génese as Novas Gerações que querem continuar a ter esperança, Exigência e Ambição na Construção do Futuro, não podemos aceitar esta forma autoritária de um partido que acumula poeira ideológica e que continua a Sonhar Utopia e a não perceber o que é a Democracia.

Infelizmente, este Partido continua a dar provas de que o Passado é para ser venerado e o Futuro continuamente adiado.

É isso que tem acontecido no Distrito de Setúbal, fruto desta visão ultrapassada, arrogante e autoritária, que continua a ter um modelo de desenvolvimento económico, social, ambiental e civilizacional só comparável com o conceito transviado de Democracia que é praticado pelo PCP.

É por isso que é tempo dos Habitantes deste Distrito não continuarem a pactuar com estas atitudes e de penalizar partidos que não respeitam os cidadãos que, democraticamente, votaram em pessoas e que são defraudadas, principalmente quando percebem que essas mesmas pessoas em quem confiaram são afinal marionetas nas mãos de um directório partidário que as usa e as deita fora.

Isto em Democracia é condenável, é mostra que o PCP não entende o conceito de Democracia que é praticado por todas as sociedades e cidadãos livres, que pensam e actuam por si próprios, a pensar nos melhores interesses da comunidade onde vivem e trabalham.

Setúbal, 23 de Agosto de 2006

Pela CPD-JSD de Setúbal

O Presidente,

Nuno Matias

CPD-JSD Coimbra promove Jogos de Praia na Figueira da Foz

Realizou-se no passado sábado, 19 de Agosto, na Figueira da Foz, a Jornada de Verão da JSD Distrital de Coimbra.

Esta iniciativa, em tempo de férias, teve por objectivo fortalecer os laços de amizade e espírito de equipa entre os militantes e simpatizantes da JSD do Distrito de Coimbra e revelou-se como uma acção importante para a adesão de novos militantes.

As actividades iniciaram-se pelas 14h, na Praia do Relógio, com a realização de um torneio de futebol de praia, entre 15 equipas oriundas das Concelhias do Distrito, que reunião cerca de 100 participantes.

A partir das 21h teve lugar um jantar-convívio com cerca de 150 pessoas e ao qual se associaram diversas personalidades do PSD do Distrito de Coimbra.



EDITAL

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

(1ª Publicação)

Processo: 15/2006

Cessão de Inscrição no PSD (art. 9º, nº 3 EN/PSD)

Data: 17 de JANEIRO de 2006

PARTICIPANTE: Comissão Política Nacional do PSD

PARTICIPADOS: JOÃO PAULO RIBEIRO DA SILVA RODRIGUES

Por impossibilidade da notificação postal do militante abaixo identificado, em virtude de recusa, devolução ou não reclamação da respectiva correspondência, procede-se pelo presente Edital à notificação de extracto do Acórdão que lhe aplicou a pena de cessação da inscrição prevista no art.9º, nº3, dos EN/PSD, por se haver candidatado nas últimas eleições autárquicas em lista concorrente à apresentada pelo PPD/PSD, nos termos seguintes:

PARTICIPADO: O Exmo Senhor Candidato à **Assembleia Municipal de Abrantes:** João Paulo R. da Silva Rodrigues ,, militante nº 129273, residente na Rua Diogo Fernandes Almeida, lote 53-r\c 2200 ABRANTES

“ (...) **Decisão**

A aplicação do Direito aos factos provados resulta na conclusão de que a relação jurídica do militante atrás identificado com o PPD/PSD deve cessar, uma vez que:

- se candidatou em lista a órgão autárquico adversária da lista apresentada pelo PPD/PSD;
- tinha plena consciência dos deveres de militante e, não obstante saber do dever de não concorrer em lista adversária do PPD/PSD, ainda assim o fez;
- nem sequer desistiu da candidatura apresentada, ou referiu qualquer outra razão demonstrativa de que os factos assinalados não são verdadeiros.

O Conselho de Jurisdição Nacional, reunido em Lisboa, a 8 de Março de 2006, após ter sido conferida a possibilidade de defesa e audição do interessado, delibera declarar a cessação da inscrição no Partido Social Democrata (PPD/PSD) do militante JOÃO PAULO RIBEIRO DA SILVA RODRIGUES, nos termos e para os efeitos do n.ºs 3 e 6 do artigo 9.º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata.

Passai o presente e mais dois de igual teor para serem afixados.

Guilherme Silva
O Presidente do CJN/PSD

Nota:

- Qualquer consulta ao processo *supra* poderá ser feita pelo próprio junto do secretariado do CJN/PSD, *sito* Rua de São Caetano, nº9, Lisboa, telefone 213918530, dentro do horário de expediente.

EDITAL

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

(1ª Publicação)

Processo: 20/2006

Cessão de Inscrição no PSD (art. 9º, nº 3 EN/PSD)

Data: 25 de JANEIRO de 2006

PARTICIPANTE: Comissão Política Nacional do PSD

PARTICIPADOS: FERNANDO JORGE JESUS MADEIRA

Por impossibilidade da notificação postal do militante abaixo identificado, em virtude de recusa, devolução ou não reclamação da respectiva correspondência, procede-se pelo presente Edital à notificação de extracto do Acórdão que lhe aplicou a pena de cessação da inscrição prevista no art.9º, nº3, dos EN/PSD, por se haver candidatado nas últimas eleições autárquicas em lista concorrente à apresentada pelo PPD/PSD, nos termos seguintes:

PARTICIPADO: O Exmo Senhor Candidato à **Assembleia Freguesia de Arcozelo:** Fernando Jorge Jesus Madeira, militante nº 85684, residente na Rua Mergunhos, 42 4405 VILA NOVA DE GAIA

“ (...) **Decisão**

A aplicação do Direito aos factos provados resulta na conclusão de que a relação jurídica do militante atrás identificado com o PPD/PSD deve cessar, uma vez que:

- se candidatou em lista a órgão autárquico adversária da lista apresentada pelo PPD/PSD;
- tinha plena consciência dos deveres de militante e, não obstante saber do dever de não concorrer em lista adversária do PPD/PSD, ainda assim o fez;
- nem sequer desistiu da candidatura apresentada, ou referiu qualquer outra razão demonstrativa de que os factos assinalados não são verdadeiros.

O Conselho de Jurisdição Nacional, reunido em Lisboa, a 8 de Março de 2006, após ter sido conferida a possibilidade de defesa e audição do interessado, delibera declarar a cessação da inscrição no Partido Social Democrata (PPD/PSD) do militante FERNANDO JORGE DE JESUS MADEIRA, nos termos e para os efeitos do n.ºs 3 e 6 do artigo 9.º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata.

Passai o presente e mais dois de igual teor para serem afixados.

Guilherme Silva
O Presidente do CJN/PSD

Nota:

- Qualquer consulta ao processo *supra* poderá ser feita pelo próprio junto do secretariado do CJN/PSD, *sito* Rua de São Caetano, nº9, Lisboa, telefone 213918530, dentro do horário de expediente.



DISTRITAL DE SANTARÉM

Convoca-se ao abrigo do art.º 67º dos Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais publicado em suplemento no “Povo Livre” todos os Militantes do Distrito de Santarém, dotados de capacidade eleitoral activa para os Órgãos Distritais, para, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militam reunirem nas Secções no dia 20 de Outubro (Sexta-feira), pelas 19h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único -Eleição da Mesa da Assembleia Distrital
Eleição da Comissão Política Permanente Distrital
Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital
Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital
Notas:

1- As urnas estarão abertas, em cada Secção das 19h00 às 22h00 do dia 20 de Outubro, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no nº4 do art.º 9º do Regulamento Eleitoral.

2- As listas de candidatura para os órgãos Distritais a eleger directamente deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o substitua, na sede distrital, até às 24h00 do dia 17 de Outubro encontrando-se a dita sede aberta para o efeito, naquele dia, das 21h00 às 24h00.

3- As listas de candidatura dos Delegados de Secção deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem os substitua, nos mesmos prazos referidos na nota 2, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respectivas sedes; as listas devem integrar o número de candidatos efectivos e suplentes por secção.

4 - Os militantes inscritos na Secção de Constância, exercerão o seu direito de voto na sede do PSD de Vila Nova da Barquinha, no Largo Infante Santo, nº 4, Vila Nova da Barquinha.

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a

Assembleia de Secção do PSD de Castelo de Paiva, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 6 de Outubro de 2006, sexta-feira, entre as 18h00 e as 21h00, nas instalações da ACICP – Associação Comercial Industrial de Castelo de Paiva, na Rua Prof. Egas Moniz, Freguesia de Sobrado, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h00 às 21h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, Sr. António de Almeida Esteves, ou a quem estatutariamente o posso substituir, no seu domicílio sito no lugar da Camosa, freguesia de Sobrado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CASTRO DAIRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes para reunir em sessão ordinária do plenário de Secção, de Castro Daire, no dia 6 de Outubro de 2006, pelas 19h00, na sede concelhia do PSD, Av. General Humberto Delgado, com a seguinte

Ordem de Trabalhos
Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia.

Nota: A entrega das listas candidatas deverá ser feita até às 19h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede da Secção aberta para o efeito, das 18h00 às 19h00.

A votação decorrerá entre as 19h00 e as 21h00.

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se todos os militantes para reunir em Assembleia de Secção, de Golegã, no dia 6 de Outubro de 2006, pelas 21h00, em Azinhaga (Rua do Praqa) com a seguinte ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas para o acto eleitoral, das 21h00 até às 23h00. As listas de candidatura deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua. Para qualquer esclarecimento deverão utilizar os seguintes contactos, Presidente da Mesa da Assembleia: 919840837 ou o e-mail psd.golega.mas@iol.pt.

As candidaturas em lista, as respectivas proposituras, bem como as declarações de aceitação subscritas

pelos candidatos e outros aspectos inerentes ao acto eleitoral, deverão respeitar os Estatutos Nacionais do PSD e o Regulamento Eleitoral em vigor.

GONDOMAR

De acordo com os Estatutos do PPD/PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para o próximo dia 22 de Setembro de 2006, pelas 21h30, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, Gondomar, com os seguinte pontos de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convocam-se todos os militantes da Secção de Leiria dotados de capacidade eleitoral activa, para reunirem no dia 6 de Outubro de 2006, pelas 19h00, na sede concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, em Leiria, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da eleição da Comissão Política de Secção

Notas: As urnas estarão abertas das 19h00 e as 23h00 do dia 6 de Outubro de 2006 sem embargo da prorrogação excepcional prevista no número 5 do artigo 9º do Regulamento eleitoral.

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção de Leiria, ou a quem o possa substituir, na sede concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32 em Leiria, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. (3 de Outubro)

A presente convocação fundamenta-se no estrito cumprimento das decisões decorrentes do Acórdão nº 93/2006, de 22 de Maio de 2006, do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD.

LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Lousã para reunirem em Assembleia de Secção no dia 9 de Outubro 2006 entre as 21h00 e as 23h00, na sede da secção sita no edifício Tivoli, 1º andar 22 AX – Praceta do Mercado com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário da Secção e da Comissão

Política de Secção ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção.

NÚCLEO DE ERMESINDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se a Eleição da Comissão Política de Núcleo de Ermesinde, para o dia 21 de Outubro de 2006, entre as 15h00 e as 20h00, na sede concelhia, sita à Rua Rodrigues de Freitas, 870, em Ermesinde.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 18 de Outubro, na sede concelhia, sita à Rua Rodrigues de Freitas, 870, Ermesinde.

Explicita-se que a mesma estará expressamente aberta para o efeito nos dias 16, 17, 18, entre as 21h00 e as 24h00.

NÚCLEO DE VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Valongo, para reunir, no próximo dia 7 de Outubro de 2006, pelas 15h00, na sala polivalente do Museu Municipal de Valongo, sita na Rua de S. Mamede, Valongo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial de Valongo.

Nota: a) O acto eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, na sede concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870, Ermesinde, encontrando-se a mesma aberta para o efeito, nesse dia das 21h00 às 24h00.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Paredes, para reunir no próximo dia 29 de Setembro de 2006, pelas 21h30, na sede concelhia do PSD de Paredes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação de contas de 2005 e Orçamento de 2006;
2. Análise da situação política.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD Portimão, para reunir em Plenário no próximo dia 23 de Setembro de 2006, (sábado), pelas 16h00, na sede concelhia do PSD, sita na Rua Machado Soares, n.º 17, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo da alínea c) do n.º 2 dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras para reunir, em sessão ordinária, no dia 13 de Outubro de 2006, pelas 21h00, na sede social sita na Rua 9 de Abril, em Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos

Ponto único: Análise, discussão e votação da Moção para a “Saída da Secção de Torres Vedras da Distrital de Lisboa AO e a sua integração na Distrital AM”

Nota: Se à hora não estiverem presentes mais de metade dos militantes, a Assembleia funcionará meio hora mais tarde com qualquer número de militantes presentes.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo do n.º 3 do Regulamento Eleitoral aprovado em Conselho Nacional de 2004-09-02, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 13 de Outubro de 2006, pelas 22h30, na sede social, sita na Rua 9 de Abril, em Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa de Assembleia de Secção de Torres Vedras.

As urnas estarão abertas para votação das 23h00 às 01h00.

Notas:

1. A Assembleia será obrigatoriamente publicada no “Povo Livre” ou no site oficial do PSD, Internet; (n.º 1 do artigo 3.º do RE)
2. Todas as candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos (artigo 4.º do RE):
 - a) Ser apresentadas por listas completas para cada órgão, contendo o nome, número de militante e número de Bilhete de Identidade de cada candidato;
 - b) Ser proposta por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;
 - c) Ser acompanhadas de declarações de aceitação subscritas

pelos candidatos.

3. Nenhum militante pode ser proponente da sua própria candidatura (n.º 2 do artigo 4 do RE)

4. Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura (n.º 2 do artigo 4 do RE)

5. As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, na sede do respectivo órgão, até Às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devendo ser passado o adequado recibo com a menção das possíveis irregularidades que, na altura, sejam constatadas (n.º 4 do artigo 4 do RE)

6. Qualquer irregularidade verificada numa lista de candidatos poderá ser corrigida até Às 24h00 do dia anterior ao da Assembleia em que decorrerá o acto eleitoral (n.º 6 do artigo 4 do RE)

7. A desistência de qualquer lista é admitida até à hora de início do acto eleitoral, devendo ser formalizada por declaração escrita ao Presidente da Assembleia e subscrita pelo Presidente e Vice-Presidentes ou pela maioria dos respectivos candidatos efectivos (n.º 1 e 2 do artigo 5 do RE);

8. É admitida a desistência de qualquer candidato, mediante declaração por ele apresentada e subscrita até 48h00 do dia anterior ao da Assembleia em que decorrerá o acto eleitoral (n.º 3 do artigo 4.º do RE)

9. Qualquer lista candidata pode apresentar manifesto eleitoral que divulgará pela forma e meios que entenda convenientes (n.º 1 do artigo 6.º do RE).

10. É vedada a distribuição desses meios no interior das instalações, logo que iniciado o acto eleitoral (n.º 2 do artigo 6 do RE)

11. Desde a data de publicação da convocatória eleitoral, a Mesa da Assembleia deverá, num prazo de 72 horas, facultar a listagem geral de militantes ao primeiro militante (n.º 2 do artigo 7.º do RE); os cadernos eleitorais apenas contem o nome e número de militante.

12. Apenas constam do caderno eleitoral respectivo, os militantes cujas quotas estejam em dia no décimo dia anterior ao da eleição, dado que a lista é remetida ao Presidente da Mesa até ao sétimo dia anterior ao da eleição (n.º 5 do artigo 7.º do RE)

13. Só são elegíveis os militantes que, à data da eleição, se encontram inscritos há pelo menos seis meses (n.º 1 do artigo 8 do RE).

14. Só tem capacidade eleitoral activa, os militantes que, à data da eleição, se encontrem inscritos no PSD há, pelo menos, seis meses e tenham as suas quotas em dia (n.º 2 do artigo 8 do RE)

15. O exercício de voto não é delegável (n.º 7 do artigo 9 do RE)

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, vimos por este

meio convocar a Assembleia de Secção do PSD de Vagos, para o próximo dia 13 de Outubro de 2006, sexta-feira, pelas 20h00, na sede do PSD Vagos, sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 440 r/C Dto, em Vagos com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição para os Órgãos da Secção de Vagos.

Notas: As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h00.

As listas candidatas a este acto eleitoral deverão ser entregues na supracitada sede do Partido no dia 10 de Outubro de 2006 entre as 22h00 e as 24h00.



PORTO MÓS

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convocam-se as eleições para os órgãos concelhios de Porto de Mós para o dia 6 de Outubro pelas 20h30m na sede concelhia, sita Avenida da Liberdade, 16, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário de Secção.

2- Análise da situação Política.

3- Outros assuntos.

Notas:

Todas as candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos e entregues em conformidade na sede onde decorrerá o acto eleitoral:

1. Ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2. Ser acompanhadas de declaração de aceitação de candidatura de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3. Subscrição por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4. Número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleias, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5. Candidatos suplentes

equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6. Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão.

7. As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do órgão respectivo até às 24.00 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

8. Para os efeitos do disposto no número anterior, a respectiva sede deverá encontrar-se aberta até às 24.00 horas do dia em que expira o prazo para a apresentação de candidaturas.

9. As urnas permanecerão abertas durante o período de uma hora, ou seja, das 21.30h às 22.30h.

A Mesa do Conselho Distrital (Hugo Oliveira)

BATALHA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convocam-se as eleições para os órgãos concelhios da Batalha para o dia 7 de Outubro pelas 16h30m na sede concelhia, sita na cédula B na Batalha, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário de Secção.

2- Análise da situação Política.

3- Outros assuntos.

Notas:

Todas as candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos e entregues em conformidade na sede onde decorrerá o acto eleitoral:

1. Ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2. Ser acompanhadas de declaração de aceitação de candidatura de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3. Subscrição por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4. Número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleias, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5. Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6. Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão.

7. As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem estatutariamente o possa substituir, na



sede do órgão respectivo até às 24.00 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

8. Para os efeitos do disposto no número anterior, a respectiva sede deverá

encontrar-se aberta até às 24.00 horas do dia em que expira o prazo para a apresentação de candidaturas.

9. As urnas permanecerão abertas durante o período de uma hora, ou seja, das 17.30h às 18.30h.

A Mesa do Conselho Distrital
(Hugo Oliveira)

PEDROGÃO GRANDE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convocam-se as eleições para os órgãos concelhios de Pedrogão Grande para o dia 7 de Outubro pelas 20h30m na sede concelhia, sita no Largo da Restauração, em Pedrogão Grande, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário de Secção.

2- Análise da situação Política.

3- Outros assuntos.

Notas:

Todas as candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos e entregues em conformidade na sede onde decorrerá o acto eleitoral:

1. Ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2. Ser acompanhadas de declaração de aceitação de candidatura de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3. Subscrição por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4. Número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleias, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5. Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6. Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão.

7. As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao

Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do órgão respectivo até às 24.00 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

8. Para os efeitos do disposto no número anterior, a respectiva sede deverá encontrar-se aberta até às 24.00 horas do dia em que expira o prazo para a apresentação de candidaturas.

9. As urnas permanecerão abertas durante o período de uma hora, ou seja, das 21.30h às 22.30h.

A Mesa do Conselho Distrital
(Hugo Oliveira)

ALCOBAÇA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convocam-se as eleições para os órgãos concelhios de Alcobaca para o dia 7 de Outubro pelas 20h30m na sede concelhia, sita na Avenida Prof. Joaquim Vieira Natividade, Lote 3, 62 A, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário de Secção.

2 - Análise da Situação Política.

3 - Outros assuntos.

Notas:

Todas as candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos e entregues em conformidade na sede onde decorrerá o acto eleitoral:

1. Ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2. Ser acompanhadas de declaração de aceitação de candidatura de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3. Subscrição por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4. Número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleias, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5. Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6. Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão.

7. As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do órgão respectivo até às 24.00 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

8. Para os efeitos do disposto no número anterior, a respectiva sede deverá encontrar-se aberta até às 24.00 horas do dia em que expira o prazo para a apresentação de candidaturas.

9. As urnas permanecerão abertas durante o período de uma hora, ou seja, das 21.30h às 22.30h.

A Mesa do Conselho Distrital
(Hugo Oliveira)

ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convocam-se as eleições para os órgãos concelhios de Alvaiázere para o dia 6 de Outubro pelas 20h30m na sede concelhia, sita na Rua D. João I em Alvaiázere, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política

de Secção e da Mesa de Plenário de Secção.

2- Análise da situação Política.

3- Outros assuntos.

Notas:

Todas as candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos e entregues em conformidade na sede onde decorrerá o acto eleitoral:

1. Ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2. Ser acompanhadas de declaração de aceitação de candidatura de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3. Subscrição por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4. Número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleias, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5. Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número

de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6. Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão.

7. As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do órgão respectivo até às 24.00 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

8. Para os efeitos do disposto no número anterior, a respectiva sede deverá encontrar-se aberta até às 24.00 horas do dia em que expira o prazo para a apresentação de candidaturas.

9. As urnas permanecerão abertas durante o período de uma hora, ou seja, das 21.30h às 22.30h.

A Mesa do Conselho Distrital
(Hugo Oliveira)

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convocam-se as eleições para os órgãos concelhios de Marinha Grande para o dia 6 de Outubro pelas 20h30m na sede concelhia, sita na Avenida 1º de Maio, 72, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário de Secção.

2- Análise da situação Política.

3- Outros assuntos.

Notas:

Todas as candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos e entregues em conformidade na sede onde decorrerá o acto eleitoral:

1. Ser apresentadas em listas

completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2. Ser acompanhadas de declaração de aceitação de candidatura de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3. Subscrição por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4. Número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleias, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5. Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6. Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão.

7. As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do órgão respectivo até às 24.00 horas do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

8. Para os efeitos do disposto no número anterior, a respectiva sede deverá encontrar-se aberta até às 24.00 horas do dia em que expira o prazo para a apresentação de candidaturas.

9. As urnas permanecerão abertas durante o período de uma hora, ou seja, das 21.30h às 22.30h.

A Mesa do Conselho Distrital
(Hugo Oliveira)

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD/Visu, para uma reunião a realizar no próximo dia 7 de Outubro de 2006 (Sábado), pelas 15h, na Sede Concelhia do PSD/Visu, no Rossio, n.º 14 - 2.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente a possa substituir, na Sede Concelhia do PSD, Rossio, n.º 14 - 2.º andar, em Visu até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 15h às 17h.

A Presidente da Mesa
(Cláudia Bento)

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o

Plenário de Secção do Seixal, a realizar no próximo dia 12 de Outubro de 2006, pelas 20h30, na Sede Concelhia, sita na Rua do MFA, n.º 11, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1- Informações;
 - 2- Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa Plenário;
 - 3- Análise da Situação Político-Partidária;
 - 4- Outros Assuntos.

Nota:

As listas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa, na Sede Concelhia, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do começo dos trabalhos, nos termos do 23.º, n.º 4.

As urnas estarão abertas entre as 21 e as 23 horas.

O Presidente da Mesa
(Filipe de Arede Nunes)

Montemor-o-Velho

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Montemor-o-Velho, para reunir no próximo dia 7 de Outubro de 2006, pelas 17h30, na Sede do PSD, sita na Praça da República, em Montemor-o-Velho, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da JSD de Montemor-o-Velho.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado na Sede do PSD de Montemor-o-Velho, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Coimbra ou a quem estatutariamente o possa substituir;

b) As urnas estarão abertas entre as 18 e as 21 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Coimbra

(Ricardo Miguel Freire Lopes)

OLIVEIRA do BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Oliveira do Bairro, para reunir no próximo dia 6 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral, n.º 67 – 1.º, 3770-218 Oliveira do Bairro, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Apresentação de Candidaturas;
- 2- Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Secção da JSD de Oliveira do Bairro.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Oliveira do Bairro, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do PSD de Oliveira do Bairro, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos

Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21 às 22h30.

O Presidente da Mesa
(Tiago Rodrigues)

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do regulamento eleitoral para os órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção para o plenário a realizar, no dia 7 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Sede da Secção do PSD de Rio Maior, sita na Avenida Paulo VI, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Rio Maior.

As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e listas de subscritores.

As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30

O Presidente da Mesa
(Luís Colaço)

CONSELHO DISTRITAL de ÉVORA

Ao abrigo do artigo n.º 16º, alínea e) do Regulamento Nacional dos Conselhos Distritais da Juventude Social Democrata e na qualidade de Presidente do Conselho Distrital de Évora convoco todos os Plenários de Secção do Distrito de Évora da JSD para reunir no próximo dia 14 de Outubro de 2006 (Sábado) pelas 16h00, nas respectivas sedes, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO ÚNICO – Eleição dos delegados residenciais ao Conselho Distrital Eleitoral de Évora da JSD de 28 de Outubro de 2006;

As eleições decorrerão em sistema de urna fechada estando as mesas eleitorais abertas entre as 16h00 e as 18h00. As candidaturas elaboradas nos termos estatutários deverão ser entregues até ao terceiro dia anterior à realização do acto eleitoral aos presidentes de mesa do plenário da respectiva secção ou a quem os substitua nos termos estatutários.

O Presidente do Conselho Distrital

(Luís Tirapicos Nunes)

CONSELHO DISTRITAL de ÉVORA

Ao abrigo do artigo n.º 16º, alínea e) do Regulamento Nacional dos Conselhos Distritais da Juventude Social Democrata e na qualidade de Presidente do Conselho Distrital de

Évora convoco o Conselho Distrital Eleitoral de Évora da JSD para reunir no próximo dia 28 de Outubro de 2006 (Sábado) pelas 16h00, na sede distrital, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 – Eleição da Mesa do Conselho Distrital;
- 2 – Eleição da Comissão Política Distrital;
- 3 – Aprovação da Estratégia Política Distrital.

A eleição decorrerá em sistema de urna fechada estando as mesas eleitorais abertas entre as 16h00 e as 18h00. As candidaturas elaboradas nos termos estatutários deverão ser entregues até ao terceiro dia anterior à realização do acto eleitoral na sede distrital. Telefone da Mesa: + 351 966314184

O Presidente do Conselho Distrital

(Luís Tirapicos Nunes)

ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes inscritos na Secção da JSD de Alijó, para reunir em Assembleia da Secção, no próximo dia 8 de Outubro de 2006, pelas 16 horas, na Sede Concelhia do PSD de Alijó, sita à Rua da Costinha, n.º 2 – E, em Alijó, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da JSD de Alijó.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos na Sede do PSD de Alijó, sita à Rua da Costinha, n.º 2 – E, 5070-036 Alijó, e devem respeitar todas as exigências contidas nos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis;

b) As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00.

A Presidente da Mesa

(Dália Cristina Portela Jorge)

CONSELHO DISTRITAL de AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se uma reunião/Conselho Distrital da JSD/Aveiro, para reunir no próximo dia 13 de Setembro de 2006, pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD de Santa Maria da Feira, sita à Rua dos Descobrimentos, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Marcação do calendário eleitoral e data de realização do Conselho Distrital Eleitoral da JSD/Aveiro.

Nota:

Se à hora marcada o número de militantes não for suficiente para a Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

O Presidente da Mesa da Distrital
(Pedro Neves)

SÃO JOÃO da MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos

Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia da JSD de São João da Madeira, para o dia 6 de Outubro de 2006, pelas 20h00, a realizar na Sede Concelhia do PSD/São João da Madeira, sita no Centro Comercial Castilho, 1.º andar, Av. Dr. Renato Araújo, 3700 São João da Madeira, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: - Eleição da Comissão Política de Secção Concelhia e Mesa do Plenário da JSD/São João da Madeira.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD/São João da Madeira, sita na morada supra citada, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 20h00 às 22h00.

O Presidente da Mesa da Distrital
(Pedro Neves)

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia da JSD de Ovar, para o dia 7 de Outubro de 2006, pelas 17h00, a realizar na Sede Concelhia do PSD/Ovar, sita na Rua Ferreira de Castro, n.º 84 - 1.º Esq., 3880-218 Ovar, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: - Eleição da Comissão Política de Secção Concelhia e Mesa do Plenário da JSD/Ovar.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD/Ovar, sita na morada supra citada, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

O Presidente da Mesa da Distrital
(Pedro Neves)

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia da JSD de Anadia, para o dia 7 de Outubro de 2006, pelas 17h00, a realizar na Sede Concelhia do PSD/Anadia, sita na Rua Alameda Bombeiros Voluntários, (s/n.º, por cima da Pastelaria Rívia), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: - Eleição da Comissão Política de Secção Concelhia e Mesa do Plenário da JSD/Anadia.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD/Anadia, sita na morada supra citada, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

O Presidente da Mesa da Distrital
(Pedro Neves)